



**ATA N.º 67/XII-4º/2020-2021**

1 - Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas 21H15, no Pavilhão do Liberdade Futebol Clube, sito na rua Manuel Febrero, nº 3, na Freguesia da Cova da Piedade, em Almada, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

(continuação)

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativos ao exercício de 2020”, assim como o “Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local e o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2020”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2020 e cobertura de prejuízos”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medida excecional no âmbito do Covid-19. 2ª Edição do Programa Dinamizar – Dinamizar +”.

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao mapa de pessoal da CMA de 2021”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Pedro Miguel Celestino Pereira; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Marques Salvado (PS), João Ricardo Quintino (PS), Débora Figueiredo Rodrigues (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU); Eva Sofia Gomes (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU); Ana Luísa Rodrigues (CDU), Inês Pizarat Bom (BE);



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**4.1.1** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); André Macedo Ferreira (PS) por impedimento da cidadã senhora Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; Carla Sofia Godinho (PS), Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento do cidadão senhor José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Andreia Sofia Egas (DU) por impedimento dos cidadãos senhores Jorge Miguel Feliciano e Mário José Pedroso, António Olaio Silva (CDU), Luís Daniel Jacinto (CDU) por impedimento dos cidadãos/ãs Senhores/as José Augusto Tavares Oliveira, Joana Tavares Reis Raposo, António Abrantes de Almeida, José João Santos da Mata, Aurora da Conceição Marques de Almeida, Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida.

**4.1.2** - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria Teresa Paula Coelho (CDU), solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito senhor João Fernando Marcos, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Anabela de Matos Tavares.

**4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) e ainda a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

**4.3** - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do senhor Vereador Joaquim Judas, da Senhora Vereadora Catarina Pé Curto em substituição do Senhor Vereador José Manuel Raposo Gonçalves e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Filipe Brun Machado, Raul José Bastos Rosa Pinto e José Manuel Ribeiro Martins.

**5.1.1** – O Senhor Múncipe Filipe Brun Machado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes demais e dado que estas intervenções nestas Assembleias são monólogos, começo por responder à afirmação do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente na passada Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal realizada em maio.

Ao afirmar que o campo magnético destes cabos enterrados é menos nocivo que um secador de cabelos, revela logo à partida a falta de preparação sobre o tema em questão que é natural. No entanto, e para explicar muito sucintamente, pergunto se o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente passa 24 horas por dia com um secador de cabelo encostado à cabeça?

Também na mesma última Assembleia Municipal de maio, prontamente informou que ia ser agendada uma sessão de esclarecimento com pessoas entendidas na matéria, para elucidar os moradores, ainda bem que não ficamos em pé à espera, porque senão, já lá vão mais de 3 semanas e ainda não fomos elucidados.

Temos a perfeita noção que a Câmara de Almada na qual resido há 47 anos, tem necessidade de chegar a um acordo com a REN, para dar continuidade ao projeto que foi suspenso através de uma providência cautelar e também é normal que tenha achado, ludibriada pela REN que os cabos não são nocivos. É natural. Embora, se se entrega o estudo à própria REN. Eu não percebo como é que, mas enfim.

Também sabemos que no acordo em questão existe uma contrapartida que é a requalificação a custo zero, o que levanta na minha opinião muitas dúvidas principalmente quando não correspondem ao trajeto dos cabos, porque os cabos a determinada altura vão para um lado e a requalificação continua em frente como se fosse perdida, não sei, não percebo.



Hoje tomei a iniciativa de seguir a futura Linha de Muito Alta Tensão e ao passar na zona da Charneca de Caparica, apercebi-me, porque já não passava lá há algum tempo, a magnitude das obras de luxo, são autênticas obras de luxo. Eu parecia ter entrado noutra planeta, noutra dimensão, pensei isto já não é Almada, passou a ser outra história.

De facto, e de acordo com a planta acordada entre a Câmara Municipal e a REN, a requalificação da Charneca de Caparica, numa obra de luxo, a troco de permitir a passagem dos cabos por zonas residenciais, foi uma estratégia brilhante. É pena é que se trata de saúde pública e ainda por cima de crianças. Já entendo a reação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda, Excelentíssimo Senhor Presidente Pedro Matias, que fez questão de nos tranquilizar naquele dia, imediatamente veio ter connosco, afirmando que não faria mal nenhum à saúde, não há problema nenhum, claro, com obras dessas também eu faria o mesmo. E ainda mais, ainda nos disse que quem deveria ter avisado era a nossa Freguesia. Está bem, faz todo o sentido. Deixo aqui, no entanto, uma pergunta, espero que tenham pensado já nas crianças que vão estar muito próximas desses cabos de Muita Alta tensão, porque elas vão estar expostas a valores muito mais de 0,4 microtesla e não são só carros, é mesmo campos magnéticos.

Deixo aqui um aviso, não é uma ameaça, não se trata nada disso, não venho aqui ameaçar ninguém, um aviso só. Eu penso que estamos num país em que as pessoas que tomaram essas decisões e se futuramente aparece uma criança com leucemia, a pessoa tem que ser responsabilizada.

Também deixo aqui uma última nota só para terminar, recordo que embora a Lei Portuguesa não tenha sido ainda devidamente preparada para este tipo de cabos, Portugal pertence à Europa. A própria Lei recomenda, os Senhores saberão muito melhor do que eu, que se sigam as normativas europeias sobre assuntos que não estejam contemplados na nossa Lei.

Não me querendo alongar muito mais também, relembro que existe um estudo elaborado por um grupo de trabalho, despacho 1668A/2017, que recomenda um corredor de 10 metros, cinco metros para cada lado no mínimo, em relação ao eixo precisamente, porque os valores à vertical dos cabos são superiores aos valores registados debaixo de um poste de Muita Alta Tensão. Aliás, é curioso que os cabos que eram para passar em postos foram abandonados por causa de uma providência cautelar. Pela IC20 e a A33 o corredor de 10 metros seria mantido, mas também entendo que infelizmente também já não era requalificada a Charneca de Caparica.”

#### **5.1.2 – O Senhor Município Raul José Bastos Rosa Pinto:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho representar um grupo de pescadores da pesca lúdica da Costa da Caparica, na qual após o desconfinamento a 5 de abril deste ano, 2021, foi levantada pela DGMR – Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, da proibição da pesca lúdica, e perto do dia 15 de maio, aparece-nos na Costa da Caparica umas placas onde estão a proibir a pesca lúdica. Eu não consigo compreender que, estão a acabar com a Costa, estão a querer acabar com a pesca lúdica, já acabaram com outras pescas, que são centenárias, onde pescamos não estamos a interferir com banhistas, nem com o surf, nem queremos acabar com o surf, não é a nossa intenção. Há coisas muito mais graves que se passam dentro de água, há barcos de arrasto à borda de água, que andam a dar cabo das nossas praias e ninguém os proíbe de pescar. Isto é que é um crime. Desapareceu a ameijoia branca, desapareceu o berbigão, desapareceram vários mariscos da nossa praia.

Disseram-nos que foi a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, que proibiu a pesca lúdica e que mandou pôr estas placas. Falei várias vezes com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, temos andado nesta luta, onde não temos levado água a bom porto, porque senão não estávamos aqui todos, e o que me disseram foi que não mandaram pôr placas nenhuma, que levantaram a restrição a partir do dia 5 de abril de 2021, para a pesca lúdica e que podíamos pescar. Que DGMR não proibiu nada. Tenho aqui o nome, foi com a Senhora Fernanda Marques que eu falei, e dizem que se há proibição de qualquer pesca de laser na Costa da Caparica, que esta situação de proibição tem a ver com a decisão por parte da Autarquia. O certo é que as placas dizem Câmara Municipal de Almada, eu também acredito que não fosse a Câmara que quisesse lá pôr por alta recreação ou que tivesse sido a mandado de alguém. O certo é que nós só queremos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

pescar, não queremos deixar acabar esta pesca centenária, e peço ao Senhor Vereador do Desporto, que olhe bem para aquela plateia que está ali, são pessoas com 60, 70, 80 anos e eu que 53 anos, infelizmente tenho uma prótese. Isto é de lamentar, isto é, mandarem-nos para a morte. Quem inventou está Lei está a mandar-nos para a morte. Mandar homens com aquela idade, pescarem de noite, tenham vergonha. Quem fez esta Lei, se tiver pai que pense um bocadinho. Não pense só nele, pense um bocadinho em todas as pessoas que pescam. E mais, muita gente diz pesca lúdica, a pesca lúdica é quem faz competição, nós não fazemos competição. Nós fazemos pesca desportiva. Não andamos ali a competir com ninguém nem a ganhar taças. E pescamos num corredor que é proibido a banhos durante o verão.”

### 5.1.3 – O Senhor Município José Manuel Ribeiro Martins:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho dar continuidade à intervenção do meu colega que aqui esteve e pôr a seguinte questão: foi de facto, colocado lá uma placa que está em conformidade com a Lei, mas a Lei também diz e diz o Edital do Porto de Lisboa, que para além da pesca lúdica existem outros desportos náuticos que não podem ser praticados. Conforme disse aqui o meu colega numa atuação inflamada, a atividade que nós praticamos não põe em risco ninguém, aliás, se os Senhores pedirem um relatório às autoridades, não temos lá nada que aponte algum incidente ou alguém que desenvolve a pesca lúdica, contrariamente a outras atividades que ainda esta semana não preciso recuar muito no tempo, existiram dois incidentes graves. E nós por experiência própria e por algumas situações que têm existido, pensamos que eles estão acima da Lei. A pessoa que lá colocou aquela placa, eu pergunto se teve em consideração que, ao discriminar umas pessoas colide com a Constituição Portuguesa, que diz no seu artigo 13º, as pessoas não podem ser discriminadas. É que mesmo o Edital diz que eu não posso praticar pesca lúdica. Mas há uma série de situações que ali existem e que são praticadas ali, que também não podem existir. Eu pergunto à pessoa que foi responsável pela colocação daquilo e que priva as pessoas que ali estão. Está ali um senhor que tem 80 anos e que vai todos os dias do Monte à pesca e que o peixe que apanha é para distribuir pelos velhos que vivem no Monte, para poderem comer peixe. Eu pergunto, a quem nos discrimina pela negativa, se tem em consideração isso? A pessoa responsável pela colocação daquela placa, se tem consciência de que nos discriminou pela negativa. Nós nunca provocamos nenhum incidente, eu nasci ali há 60 anos, conheço vários países do mundo e posso dizer a quem é responsável por aquilo, que o que se está a passar na minha terra é a mesma coisa que eu observei num país como Cabo Verde que os nativos são impedidos de ir à praia, e no Brasil onde há cidadãos de primeira e de segunda. É aquilo que se está a passar na minha terra, porque as pessoas são discriminadas pela negativa. Isso colide mais uma vez digo, com a Constituição da República. Eu gostaria de saber qual é a responsabilidade do Município no qual eu voto, onde nasci e sempre vivi.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores João Couvaneiro e Miguel Salvado e os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Patrícia Brito (CDU) e João Geraides (CDU).

### 5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou começar naturalmente, por responder ao Senhor Município Filipe Brun Machado e dizer que, eu não vou comentar se as obras são de luxo, o que eu posso dizer é que este é um processo muito antigo, muito longo e que nomeadamente, o percurso do Funchalinho que passa junto à localidade do Funchalinho, esse percurso já tinha sido aprovado anteriormente e não era esse percurso que levantava questões, mas sim depois já na zona de Freguesia da Charneca de Caparica, porque havia esta questão de que a linha poderia passar junto à A33, algo que foi perentoriamente recusado pelas entidades responsáveis. Portanto, aquilo que se voltou a negociar e a ver com a REN, era um percurso alternativo, não naquela zona, porque esse percurso já estava aliás, num protocolo assinado pela Câmara Municipal e inclusivamente pela Junta de Freguesia, como eu tenho aqui aliás, um despacho da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, e, portanto, o percurso nessa zona já estava o mais equilibrado possível.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

TK

Dito isto, seja antes, seja depois, é evidente que a questão da segurança para nós é uma questão primordial, eu não vou discutir consigo se são de luxo ou não, eu considero que nós em relação a uma obra e isso é muito importante terem presente, não são os Municípios, nem o nosso nem nenhum, que autoriza obras de enterramento de Linhas de Muito Alta Tensão, mas é sim o Governo. Aliás, pela particularidade destas obras e até pela salvaguarda da saúde pública. Portanto, já por causa dessas razões, a legislação está feita, que nenhuma obra pode ser licenciada e mais uma vez, não é o Município que as licencia, sem as Autoridades da Administração Central, as várias entidades que compõe, licenciar. Para não acontecer aquilo que, de alguma maneira suspeita que tenha acontecido. Não. A Câmara Municipal não andou aqui a dizer, podem enterrar em troco de uma obra, não. A Câmara o que disse é que, já que vão fazer a obra têm que beneficiar todo o espaço público envolvente.

Relativamente à reunião, eu posso lhe dizer que já houve um pedido e estamos a aguardar contatos para ela ser realizada ou no 28 ou no dia 29 deste mês, na Faculdade de Ciências e Tecnologia aqui em Almada no Monte de Caparica. Haverá 3 oradores, aliás, a REN já propôs e nós também, está prevista uma reunião de duas horas com apresentação e um dos oradores será e penso que ai não poderá dizer que são decisões de criança, não é a mesma Professora que esteve na Charneca de Caparica, é outro Professor, estamos a falar do Professor Augusto Barroso, que é um ex Presidente do próprio Conselho Diretivo da Faculdade de Ciências e Tecnologia, físico, e que melhor que ninguém poderá falar dos efeitos da tal radioatividade ou das vibrações. Portanto, vai acontecer esta informação.

Lamento dizer de facto, antes do início da obra nós criamos uma primeira reunião, convocamos, pedimos ajuda aos Senhores/as Presidentes das Uniões de Freguesia, para nos ajudarem a avisar os seus munícipes que íamos realizar, estivemos sempre disponíveis para fazer mais reuniões, e de facto, lamento, mas foi o que aconteceu, da parte da União de Freguesias Caparica Trafaria não houve qualquer interesse nem em participar, nem em organizar, nem em informar a população. Mas havendo esse pedido, imediatamente procedemos exatamente como tínhamos dito que faríamos antes do início da obra, havendo esse pedido as populações querendo já estamos a organizar esta segunda reunião de informação aos munícipes. Mas volto a dizer, as Câmaras Municipais, não podem licenciar os enterramentos de Linhas de Muito Alta Tensão. Não podem. Podem sim, discutir trajetos, propor alternativas, ver benfeitorias envolventes à obra, e é isso que as Câmaras Municipais fazem. Mas a realidade é essa, não são as Câmaras Municipais e os Senhores/as Deputados/as Municipais que normalmente chamam este assunto sabem-no bem, e quando dizem o contrario, sabem que não estão a dizer a veracidade dos factos, sabem que não é uma Câmara Municipal que licencia estas obras.

Portanto, eu espero que esteja disponível dia 28 ou 29 deste mês, aguardamos a resposta de todos os intervenientes, para fazermos a tal Sessão de esclarecimento pedida legitimamente pela população e podermos responder e técnicos, cientista, professores puderem responder. Se tem conhecimento da matéria ainda melhor, o debate será certamente melhor, e certamente será muito importante para clarificar todas estas questões.

Depois, relativamente aos Senhores Pescadores que aqui estão, agradecer também a vossa presença.

Quero só dizer muito rapidamente na sequência do que disse também lá fora, devemos dizer que nós próprios fomos um pouco surpreendidos quando queríamos levantar a limitação a proibição e a limitação da pesca lúdica após o confinamento tal como foi citado, fomos confrontados com um pedido expresso da Policia Marítima evocando a Lei. Neste processo que é um processo de transferência de competência, mas essa competência de facto, não passou para nós, porque o que se passa no mar não passou para nós e, portanto, passa para nós a competência de fazer cumprir uma ordem e um pedido que nos fazem com base na Lei que era de pôr lá o sinal. Mas fica desde já aqui o meu compromisso que é, já na terça-feira que vem, nós temos um encontro habitual com todas as autoridades e também com a Autoridade Marítima de elevar já para essa reunião essa questão, e no decorrer da semana que vem ou o mais tardar da outra, podermos ter uma reunião para vermos quais são as soluções e quais são as alternativas. Eu não vou falar da minha posição pessoal, se me perguntam de facto, se eu considero que há algum risco na pesca lúdica, não, não considero, mas aqui não se trata de uma vontade pessoal ou de uma opinião pessoal, trata-se de um enquadramento jurídico e ao contrário também do que eu disse, mas já verifiquei, de facto, está no Regulamento de Gestão de Praias, o POC-ACE o famoso POC-ACE de



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que tanto se fala, infelizmente esta regra também está no POC-ACE que alguns tanto acenam como ser o alfa e o ómega da gestão das praias. Nós temos dúvidas sobre algumas normas que lá estão, estou certa que poderemos encontrar uma solução, reconhecendo naturalmente, que é uma atividade muito importante para muitos de vós, e reconhecendo que também isso faz e dá vida à nossa frente marítima.”

### 5.2.2 – O Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para deixar absolutamente claro aos Senhores Múncipes que aqui estão pelo respeito que me merecem, a determinada altura terá sido invocada, que eu teria reunido com alguém a este propósito, eu quero dizer-vos olhos nos olhos, que nunca em momento algum reuni sobre este assunto com quem quer que fosse. Portanto, alguém que vos tenha dito isso, enganou-vos, porque uma das pessoas com quem alegadamente eu terei reunido foi uma pessoa que encontrei uma vez há 3 anos e a outra não falo com ele há ano e meio, sendo uma pessoa que até conheço.”

### 5.2.3 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação a este assunto, e antes de mais, agradecer a vossa presença aqui hoje e dizer-vos o seguinte, como sabem a Câmara Municipal tem algumas competências na gestão do litoral, mas esta situação surgiu e eu tenho aqui o primeiro email e o primeiro diálogo que houve foi a 27 de maio de 2020. Já foi há mais de um ano. Quem nos fez chegar o pedido de colocação das placas e quem nos fez chegar o pedido para que esta situação que vocês hoje conhecem e para que as placas pudessem ser colocadas, foi a Polícia Marítima e a Capitania.

Nós, no diálogo que vamos tendo, como a Senhora Presidente da Câmara diz, até porque temos reuniões regulares com todas as forças de segurança incluindo a Polícia Marítima, esta situação será naturalmente, falada com eles, mas isto partiu exatamente da Autoridade Marítima. E na colaboração que há a Câmara Municipal colocou realmente as placas, mas o pedido e a evocação da Lei que tal como a Senhora Presidente diz, tem a ver com a Lei do POC-ACE, no seu artigo 17º, do Regulamento de Gestão das Praias, que diz claramente que a prática da pesca lúdica é interdita durante a época balnear no período diário entre o nascer e o ocaso do sol.

Naturalmente não me cabe aqui também dar a minha opinião pessoal, obviamente conheço a Costa desde que nasci, sei a pesca que ali é feita e sei o que ali se passa. Agora, nós aqui fomos também um mecanismo de transmissão também e de implementação da própria Lei que é a lei da República, não é um regulamento do Município, é uma Lei naturalmente da República.

O compromisso que aqui fica da nossa parte, é também falarmos com a Polícia Marítima, tentar perceber o que é que poderá ser feito, mas era importante que percebessem isto, não foi propriamente a Câmara Municipal que de um dia para o outro se lembrou, há aqui uma jurisdição do próprio território e da própria Orla Marítima, que levou a que chegássemos a esta situação, isto começou em maio de 2020, tenho aqui toda a documentação, se quiserem depois até podemos ver, não tem problema nenhum, mas o que agora vos posso transmitir e é esse o nosso compromisso, é ir ao diálogo com a Polícia Marítima e com a Capitania e perceber como é que poderemos ver esta situação em conjunto. Mas era importante, deixar esta informação, não foi a Câmara Municipal que começou este processo, nem nenhum dos Vereadores, nem a senhora Presidente que um dia para o outro se lembrou disto. Isto teve a ver com a própria aplicação da Lei. Percebo a vossa indignação, naturalmente, mas permitam-nos também que falemos com quem de direito, porque também não vamos nos estar aqui a comprometer com algo que não é só da nossa responsabilidade e acho que é a forma mais sincera e frontal de vos transmitir exatamente aquilo que se passou. Isto começou no dia 27 de maio do ano passado. E eu como qualquer um dos meus colegas autarcas, estamos disponíveis para falar convosco, para conversar e se for necessário vamos ao local, não tem problema nenhum, até porque numa das intervenções foi referido que há uma zona, há um pontão em especial, onde há mais pesca etc. podemos ver essas questões todas, estamos aqui abertos ao diálogo, percebam isto, estamos aqui abertos ao diálogo, até porque é uma situação que não depende só de nós.”



**5.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Mónica Brito (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, tinha um documento em que havia uma aprovação por parte da União de Freguesias de Caparica Trafaria, peço-lhe então que, enquanto representante da União de Freguesias, que me remeta por favor, esse documento, porque nós não temos conhecimento dessa situação.”

**5.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Posso até ler o documento, fazendo-o naturalmente chegar. O documento de que eu disponho e passo a ler: “A presente proposta apreciada em reunião de Junta da União de Freguesias Caparica Trafaria, no dia 3 de março de 2014, sobre o assunto em referência que aqui se dava inteiramente reproduzido”, e diz: “Linha de Muito Alta Tensão Fernão Ferro/Trafaria 2, e solicita-se que a Assembleia de Freguesia aprecie” e depois há uma proposta dos órgãos autárquicos e no final há a proposta da apreciação do mesmo, que era o percurso que estava, portanto, foi a votação para remeter para a Assembleia de Freguesia, penso que pelo executivo, foi aprovada por unanimidade. É o que está aqui, está aqui escrito aprovado por unanimidade. Portanto, o traçado era o mesmo.

Portanto, eu lamento. Remeter a proposta de alteração de instalação da Linha de Muito Alta tensão Fernão Ferro, para apreciação e decisão, de facto, aprovaram um remeter, mas eu imagino que nenhum executivo e depois continua, órgãos autárquicos. Depois a Câmara Municipal, porque isto vem de uma proposta da Câmara Municipal, onde está o trajeto e curiosamente este trajeto na altura foi aprovado em Câmara Municipal, esta zona do trajeto e que tenho aqui posso dizer já o número de proposta de Câmara, foi na reunião de Câmara de 2 de abril de 2014, e esta proposta foi aprovada com 8 votos a favor, pelo Presidente da Câmara Municipal e Vereadores José Gonçalves, António Matos, Rui Jorge Martins, Amélia Parda, Mara Figueiredo, António Neves; 3 votos de abstenção por parte do Partido Socialista.

Portanto, é só para lembrar um bocadinho a questão. É que agora, a indignação que a CDU seja na Câmara Municipal, seja nas Freguesias é sobre um trajeto que já estava aprovado e que foi aprovado pelos Senhores. Foi aprovado pelos Senhores. Portanto, teremos todo o gosto em trocar deliberações de Câmara, agora eu acho que os almadenses, já perceberam que a CDU de Almada, e é isso que é surpreendente, passa a vida a dar o dito pelo não dito. Quando estão no poder decidem de uma maneira, quando não estão no poder decidem o contrário porque acham que é isto que rende.

Senhores/as Deputados/as Municipais, sejamos sérios, eu normalmente quando digo qualquer coisa é porque tenho um documento, pediram o documento, eu li aqui o documento, terei todo o gosto em enviar-vos o documento.”

**5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para um pedido de esclarecimento e depois para uma intervenção.

A Senhora Presidente, falou em 2014. Eu então requeiro aqui formalmente o envio dessa deliberação que a Senhora Presidente citou a partir do telemóvel, requeiro formalmente o envio dessa deliberação.

Mas quero aqui lembrar, que em 2014, o Município de Almada, defendia o enterramento da Linha de Muito Alta tensão no espaço canal da A33. Em 2014, o Município de Almada, defendia uma solução totalmente diferente daquela que está a ser implementada neste momento. E, portanto, quando a Senhora Presidente da Câmara nos mandar essa deliberação nós esclareceremos esta questão.

Entretanto, aproveitando que estou no uso da palavra, quero aqui, em nome da CDU, expressar toda a solidariedade com o Senhor Município que aqui falou, Filipe Brun Machado, a propósito desta situação, lembrando que a CDU desde o início deste processo que coloca exatamente as mesmas questões que o Senhor



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Município aqui veio colocar, relativamente ao enterramento da Linha de Muito Alta Tensão, em tecido urbano e enfim, afetando as habitações, as escolas, as bombas de gasolina, enfim, uma série de equipamentos que se encontram ao longo de todo este percurso.

E aproveitando também ainda estar no uso da palavra, saudar aqui os pescadores de pesca lúdica da Costa da Caparica, referir que, nunca no passado, houve qualquer incompatibilidade entre a prática da pesca lúdica na Costa da Caparica e outras atividades de desportos náuticos, e, portanto, estranhamos que esta situação esteja a acontecer agora. E o que apelamos, é que de facto, como aqui já foi afirmado pela Senhora Presidente, e pelo Senhor Vereador Miguel Salvado, e também de alguma forma pelo Senhor Vice-Presidente João Couvaneiro, que haja a capacidade do Município de chegar a um entendimento, que permita voltar a compatibilizar tudo aquilo que é a utilização da nossa Costa e que deve ser utilizada livremente e fruída livremente, por todas as atividades e não apenas por algumas.”

**6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.**

**6.1 – Foi dada continuidade ao ponto 3.3 da Ordem do Dia relativo à “Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal”.**

**6.1.1 – Na continuidade do debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Fátima Marras (BE) e José Lourenço (CDU).**

**6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre o documento em si, não temos grandes reparos a fazer. O Bloco de Esquerda quer aproveitar para falar neste período da Atividade Municipal, da nossa casa que é Almada. Para nos sentirmos bem em casa, para o nosso conforto, harmonia e paz, é muito importante a limpeza. Constatamos que Almada está suja. Já trouxemos a esta Assembleia Municipal várias vezes o problema da limpeza e não vimos evolução positiva. Os contentores do lixo estão muitas vezes cheios e com algum lixo à volta. A varredura das ruas não é suficiente e eficaz, a limpeza das ervas daninhas não está a ser frequentemente e há sítios do Concelho, sobretudo na Freguesias periféricas que parecem uma pequena selva. Há terrenos que embora sendo privados têm de ser limpos, pois com as ervas daninhas secas há riscos de incêndio e de proliferação de pragas. Como é o caso por exemplo num terreno da rua da Fundação. Sabemos que a Câmara Municipal já nos respondeu a esta situação no passado, mas pensamos que a Câmara tem também meios para poder agir em nome da preservação da saúde pública. Efetivamente, o que o Bloco de esquerda quer saber é, porque é que os problemas não estão a ser resolvidas e quais as perspetivas de resolução.

Outra situação é a seguinte: desde o início do mandato temos vindo a questionar sobre os abrigos da Trafaria. Sabemos que mexeram nos barcos degradados que foram desviados e não retirados. Portanto, o problema de fundo continua por resolver.

Em relação aos abrigos, para quando a solução, há tanto tempo reivindicada pelos pescadores e pela população da Trafaria em geral?

Gostaríamos de saber o motivo porque isto não aconteceu, sobretudo agora que a lota já está a funcionar.

A terceira questão é sobre o elevador panorâmico, que está com um aspeto degradado e destruído. Fiz uma pesquisa rápida e no Google diz que está definitivamente encerrado. Podem-nos esclarecer ou dar mais algumas informações sobre o assunto? Agradeço muito. Tenho a noção que a Câmara Municipal não tendo já tempo, nenhuma das minhas questões vai ter resposta, lamento, mas fica dito.”

**6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu aproveito o pouco de tempo que ainda temos, para discutir esta matéria, trazer aqui uma vez mais a questão que foi ontem colocada, que eu coloquei aqui sobre a estrada que eu chamo estrada de Vale Figueira. E trago-a



aqui para dizer o seguinte: para dizer o seguinte a quem me contrariou ou pelo menos disse que não era verdade aquilo que eu disse. Corresponde totalmente à verdade aquilo que eu disse sobre a via, e mais, não é verdade aquilo que a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda aqui disseram, sobre o projeto de execução que vem de trás, isto é pura mentira. O projeto de execução que foi aprovado, que veio de trás, com o qual se fez a candidatura, foi rejeitado por este executivo. Foi rejeitado e aquilo que está ali foi da iniciativa de quem hoje ali trabalha. Isto corresponde à verdade. Há documentos na Câmara Municipal que provam isto. E é lamentável, é lamentável que, em vez de se calarem, venham dizer aquilo que corresponde a uma mentira. O projeto de execução que foi executado, foi este executivo e com as pessoas que lá estão que o fez. Só havia pista ciclável de um lado, de um lado. E o que se fez não foi isso, não é isso que lá está. O disparate que está ali, é da responsabilidade deste executivo. Reafirmo isto com toda a certeza daquilo que estou a dizer. Com toda a certeza.”

**6.1.2 – Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por discutida a informação acerca da Atividade Municipal.**

**6.2 – De acordo com o que fora consensualizado em reunião da Conferência de Representantes, passou-se a apresentação em conjunto do ponto 3.4 da Ordem do Dia, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativos ao exercício de 2020”, assim como o “Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local e o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local”, do ponto 3.5 da Ordem do Dia relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2020” e do ponto 3.6 da Ordem do Dia relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2020 e cobertura de prejuízos”;**

**6.2.1 - Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Miguel Salvado.**

**6.2.1.1 – A senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Cada um é responsável por todos. Cada um é o único responsável. Cada um é o único responsável por todos.

Começo com esta frase de Antoine de Saint-Exupéry pois acredito que a Responsabilidade é o valor imaterial que nos traz aqui hoje.

Responsabilidade no desempenho das nossas funções enquanto eleitos.

Responsabilidade no assumir do trabalho realizado e na gestão das expetativas criadas.

Responsabilidade em estar à altura dos acontecimentos, mesmo quando navegamos na incerteza, porque todos os dias o contexto muda.

Responsabilidade na forma como julgamos a nossa atuação, e avaliamos a dos outros.

Responsabilidade em saber ser construtivos em favor do interesse comum.

Responsabilidade em manter a esperança, quando o medo assola.

Responsabilidade em reconhecer o caminho percorrido, mantendo o foco na senda de desenvolvimento que ainda estamos a construir.

E é imbuída dessa Responsabilidade que apresento aqui hoje, enquanto Presidente eleita, a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Almada relativa a 2020.

Um ano marcado pelo duro combate contra uma pandemia que iniciámos há 15 meses e que, arrisco dizer, mudou invariavelmente Almada, o país e o mundo.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É inegável que a pandemia Covid-19 alterou os nossos planos, prioridades e formas de atuação, face ao impacto violento na vida de tantas e tantos almadenses.

A resposta teve que ser tão rápida quanto eficaz, honrando a missão e o dever de servir as populações do Poder Local Democrático.

E esta resposta teve, desde logo, consequências diretas ao avaliarmos esta Prestação de Contas de forma quantitativa.

Como tínhamos previsto aquando da revisão orçamental, em matéria de receita, ou seja, não incluindo o saldo de gerência do ano anterior, a execução foi de 93,3 milhões de euros, menos 3,9% do que no ano anterior, tendo havido uma quebra de 9,3% na receita fiscal em relação a 2019.

Em matéria de despesa, foram executados 113,2 milhões de euros, ou seja mais de 103% do orçamento inicial e 79,3% do orçamentado final com a inclusão do saldo de gerência, sendo que se analisarmos as suas componentes rapidamente concluímos que aqui se reflete o trabalho direto com os cidadãos.

Como os números o demonstram, cumprimos o nosso compromisso de, apesar do momento conturbado que vivemos, não ter uma política de retração, não deixar de investir nas pessoas e no território, não diminuir nem nos apoios, nem nas transferências.

Registámos um crescimento de 117% na despesa de capital, em relação ao ano anterior, com um valor total de 39,3 milhões de euros;

Em termos de aquisições de bens de capital, assinalou-se um aumento de 18%;

O investimento aumentou 56%, tendo ascendido a 34,5 milhões de euros, o valor mais alto de sempre;

A percentagem de investimento em relação ao total das Grandes Opções do Plano, demonstra igualmente esta tendência, representando 30% do total, mais 4% do que em 2019;

O Plano Plurianual de Investimentos do Município apresentou uma execução de 74% face ao previsto;

E, por último, e como tem sido política deste mandato, a dívida do município desceu em 6%, e o limite da dívida municipal cresceu em 12 milhões de euros, mais 7,8% do que em 2019.

Em sùmula, o orçamento municipal para 2020 foi, com um valor final de 142,8 milhões de euros, o maior na história do município de Almada assim como a sua execução.

Se o rigor das finanças públicas tem sido, desde o início, um imperativo deste executivo, a verdade é que a frieza dos números esconde a intensidade de um árduo e dedicado trabalho.

Face à pandemia, e aos desafios e constrangimentos inerentes, teria sido fácil resvalar nas exigências dramáticas do dia-a-dia, descurando as Grande Opções do Plano aqui assumidas e projetadas.

No entanto, escolhemos outro caminho. Um caminho que conciliou enfrentar a exigência do presente com a construção de um futuro à altura das nossas maiores ambições. Essa foi a Responsabilidade que nos foi confiada pelos Almadenses no dia 1 de outubro de 2017, e que honrámos todos os dias do ano, 24 horas por dia.

E foi assim que se, por um lado, disponibilizámos em parceria com o Liberdade Futebol Clube, onde hoje nos encontramos, e depois com o Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, um espaço de acolhimento de emergência para pessoas em situação de sem-abrigo, por outro construimos a todos os níveis respostas às graves necessidades habitacionais que se perpetuam há décadas no nosso Concelho, com a entrada em vigor do novo regulamento municipal de acesso à habitação, com a estratégia municipal de habitação (fomos o primeiro município da AML – Área Metropolitana de Lisboa a concluí-la), com o lançamento de sucessivas empreitadas para a reabilitação do parque habitacional municipal, a aquisição de imóveis, a identificação 25 operações para a resolução consolidada dos imensos problemas ao nível da habitação que herdamos. Problemas que foram sempre encarados até 2018, numa ótica de desresponsabilização da Autarquia.



Ao mesmo tempo, que apresentámos e implementámos o Plano Almada Solidária, que representa a disponibilidade de um investimento de 5 milhões de euros até fim de 2021, e que integra, por exemplo, a Linha de Emergência Social, que tão importante foi, para garantir que nenhum almadense fica sozinho durante a pandemia, assinámos também com o governo o acordo de colaboração para remoção do amianto de 13 escolas do nosso Concelho, uma empreitada que já adjudicámos, num investimento de 4 milhões de euros e que acaba de receber o visto do Tribunal de Contas.

Se 2020 foi o ano em que distribuámos quase 200 mil máscaras comunitárias e milhares de refeições aos alunos e famílias do nosso Concelho, este foi também o ano em que investimos no aumento da nossa resposta educativa, com o início da empreitada de ampliação do Jardim de Infância da Sobreda, através de um investimento de 760 mil euros e com o lançamento do procedimento para a ampliação da Carlos Gargaté para uma melhor resposta de ensino secundário, num investimento de 1,7 milhões de euros.

Aprovámos duas tranches de uma linha de apoio ao movimento associativo num total de 300 mil euros, no mesmo ano em que reabilitámos o Jardim do Largo 5 de outubro, na Cova da Piedade, com um novo quiosque, parque infantil, relvado e canteiros, e uma ampla zona para eventos culturais.

Avançamos para a tão sonhada Reabilitação da rua dos Pescadores, na Costa da Caparica, investindo 680 mil euros e combatendo o sentimento de abandono dos caparicanos que há muito os assombrava, enquanto mantínhamos também, o foco na proteção da saúde dos almadenses, contratando candidatos do IEFP para reforço de emergência dos equipamentos sociais e de saúde do Concelho e disponibilizando o Caparica Sun Center para alojar Profissionais de Saúde.

A Prestação de Contas que aqui hoje apresentamos revela uma ação que alia a colocação de tendas de pré-triagem no Hospital Garcia de Orta e a criação de locais de vacinação para a COVID-19, com a apresentação de uma nova imagem do nosso Concelho, projetada para o futuro e respeitando a diversidade do nosso território, da nossa Almada – Território de Muitos

Alia igualmente, a assinatura de um acordo de colaboração com a promotora Silgolf, Lda. pondo termo a anos de conflito que permitiu concluir as obras essenciais a realizar na Urbanização da Quinta da Aroeira, com a Disponibilização das Farmácias Sociais, para garantir que nenhum almadense ficasse sem a medicação de que necessitava. Nenhum almadense deve ser preterido pela a ação municipal.

E, por fim, se foi no ano passado que criámos a Unidade Móvel de Saúde como uma resposta de proximidade e acesso a cuidados de saúde das populações mais vulneráveis, 2020 foi igualmente o ano em que avançámos com a reabilitação do Forte da Trafaria que alojará o Instituto de Artes e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Este novo polo de desenvolvimento económico e social atrairá jovens e investimento, criará conhecimento e melhorará o futuro de uma Freguesia que estava esquecida há demasiado tempo.

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

**Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados Municipais**

A democracia faz-se da pluralidade de ideias e de projetos, mas também de diferença de opinião e de distintas prioridades.

No entanto, de algo estou certa: os Almadenses sentem que estivemos à altura da Responsabilidade.

Estivemos em 2020, como estivemos no fim de 2017, em 2018, em 2019 e já mais recentemente continuamos a estar neste primeiro semestre de 2021. Prometemos romper com a apatia dos últimos anos e cumprir o potencial de Almada e dos seus Almadenses. E temo-lo feito.

Fugindo da ostracização de certas partes do território que era padrão há muitos anos e apostando numa visão global que parte da certeza que este Território de Muitos é uma terra de Todos.

Foi neste mandato que muitos munícipes viram, pela primeira vez, obras de relevância nas suas Freguesias e à sua porta. Senão, vejamos:



## **MUNICÍPIO DE ALMADA** **Assembleia Municipal**

Há quanto tempo se falava na Requalificação da Capitão Leitão e do Eixo Central, em Almada?

Quantas anos passaram sem que do discurso se passasse aos atos, sobre a Rua dos Pescadores e a Estrada Florestal, na Costa da Caparica ou a Avenida da Liberdade, na Trafaria?

Quem teve a coragem política para fechar definitivamente o dossier da Ex-EN377, na Charneca de Caparica, que ainda agora falamos, após tantos e tantos anos de inércia que muitos gostariam que perdurasse?

Quantas vezes os almadenses não desistiam de ir à Romeira, na Cova da Piedade, por causa dos seus caminhos de terra batida?

Em quantos programas eleitorais esteve a Requalificação do Largo de Cacilhas ou a Musealização de vestígios arqueológicos das antigas salgas romanas?

Quem teve a coragem de olhar para a Fonte da Telha e as suas gentes? Os que habitam, os que trabalham e os que visitam?

Quem não teve medo de enfrentar a desinformação sistemática, espalhada para benefício próprio, contra os interesses dos almadenses?

Quem garantiu a Ampliação do Parque Urbano do Pragal, e reabilitação da rua dos Trabalhadores Rurais em curso?

Quem lançou mãos á obra para concretizar esse grande desígnio que é reforçar a centralidade de Almada, apostando na inovação e fazendo a ligação entre a polis e a academia com o projeto ancora do Innovation District, cuja implementação prevê um investimento de mais de 800 milhões de euros?

Ou avançou com a Rotunda do Texugo, os Percursos Escolares Pedonais e Cicláveis na EN10-1, na Sobreda, ou a reabilitação dos Campos Soares dos Reis, no Feijó?

Que executivo investiu perto de 10 milhões de euros na Limpeza Urbana? Ou criou, juntamente com a AML, o Passe Navegante, gerando significativas poupanças para as nossas famílias?

Quem Garantiu o redesenhar da rede de transportes rodoviários que entrará em vigor ainda este ano, assim que o tribunal de contas validar o concurso publico lançado pela Área Metropolitana de Lisboa?

Quem levou a arte e a cultura a todas as Freguesias do Concelho à Trafaria, à Cova da Piedade, à Costa da Caparica, ao Feijó, ao Laranjeiro, a Almada, ao Pragal, à Sobreda, à Charneca de Caparica, a Cacilhas, e à Caparica?

Duplicou as exposições nos nossos museus e galerias, quem organizou os seus espólios, quem afirmou Almada como o centro das artes performativas com a Casa da Dança e o renascer do Festival dos Capuchos?

Quem criou regularidade e garantiu transparência nos apoios municipais?

Quem tem, passo a passo, vindo a resolver casos que se arrastam há décadas, que asfixiavam financeiramente e impediam o usufruto pleno das instalações de tantas coletividades e clubes do nosso Concelho, como Almada Atlético Club, a SRUP, o Clube Desportivo e Recreativo da Ramalha, o Sobredense, o Club de Judo do Pragal, e até a SFUAP que por fim terá a sua licença de utilização?

Quem decidiu, por fim, classificar a Academia e a Incrível Almadense, reconhecendo definitivamente a sua importância e o seu inestimável contributo para os valores republicanos, democráticos e criação de uma cidadania ativa?

Haveria muito mais para detalhar, muitas mais perguntas poderiam ser feitas, mas todos os dias os almadenses nos dão provas, pelo seu afeto, pela sua esperança, pela sua assertividade e o seu carinho, que sabem a resposta. Os Almadenses sabem porque veem a diferença e sentem o trabalho efetuado. E não esquecem.

Exmo. Senhor Presidente

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores Deputados Municipais



Esta é a última Prestação de Contas que fazemos nesta Assembleia Municipal. Tem, por isso, não apenas um significado formal, mas um simbolismo que importa realçar.

E é por isso que estou aqui hoje, olhos nos olhos, a afirmar que na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almada, que tenho um orgulho imenso em tudo o que construímos e fizemos.

Um orgulho naturalmente repartido com os trabalhadores da autarquia, dos SMAS e da WeMob, pela sua determinação, empenho e compromisso diários. Especialmente aqueles que, nos dias mais negros da pandemia, continuaram a sair das suas casas para que nós pudéssemos continuar nas nossas.

Todos sabemos que chegar a este dia não foi fácil.

Os obstáculos foram muitos. As dúvidas, algumas. As negras premonições imensas. Mas todas foram desmentidas.

E não, em 2017 os almadenses não se enganaram, escolheram. Hoje é com eles que partilhamos uma grande certeza: não se avança olhando para o passado.

Haverá sempre “velhos do restelo” como já lembrava Camões. Os que tentam capitalizar politicamente as dificuldades, em vez de unir esforços para as superar. Infelizmente alguns continuam a olhar para este território como a sua coutada e não a terra de um povo, livre, consciente e democraticamente maduro.

Há também movimentos novos e assustadores. Os que se alimentam do medo, da calúnia, do ódio. Estejamos atentos e sejamos intransigentes na defesa dos valores do humanismo.

Porque Abril, os seus valores, os seus princípios, a liberdade e a justiça, não são flores de lapela, nem peças de museu.

É o nosso farol, a luz e a esperança que nos guia todos os dias.”

#### **6.2.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais, aproveitar a ocasião, é o nosso último Relatório de Prestação de Contas de 2020, o último deste mandato, naturalmente, e antes de começar gostaria de dar uma palavra a todos os trabalhadores e a todos os funcionários dos SMAS, pelo ano difícil que tivemos, mas que superamos de uma forma exemplar com todas as dificuldades que houve. Tal como aqui foi dito, nós muitas vezes, ou a maioria da população estava em casa, estava confinada, porque assim tinha de ser, mas os nossos funcionários estavam na rua, estavam em equipa e estavam a trabalhar para que o serviço não falhasse. E eu antes de começar esta apresentação gostaria só de transmitir essas palavras mais uma vez aos nossos funcionários.

O Relatório de Prestação de Contas de 2020, apresenta o balanço de concretização das atividades desenvolvidas neste ano. Mais uma vez orientam as Opções do Plano, as linhas estratégicas que definimos, desde o início do mandato.

Este ano foi um ano marcado pela pandemia COVID-19, e todas as medidas resultantes dos sucessivos Estados de Emergência.

Os SMAS, durante toda esta conjuntura, adotaram uma série de medidas e a própria gestão foi adaptada à evolução pandémica, para proteção sempre dos munícipes, dos trabalhadores e da salvaguarda da saúde pública. Neste âmbito, os SMAS, tiveram sempre uma atenção muito especial ao seu Plano de Contingência e à sua implementação.

Foi um ano de muita atividade apesar de todos os condicionantes, não vou maçar com todo o conteúdo que se encontra neste enorme e volumoso documento, mas que traduz na realidade toda a ação de um ano, que poderia ter sido um ano normal e que infelizmente foi um ano completamente atípico. Mas gostaria de salientar aqui vários projetos e várias iniciativas que foram feitas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No âmbito do POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, tivemos uma das maiores linhas de financiamento, que foi aprovada e que foi dada aos SMAS de Almada, em que nos permite não só criar novas zonas de medição e controlo como também uma série de melhorias de manutenção e de gestão da própria rede.

Continuamos com um aumento do número de clientes dos SMAS, neste caso de 0,32%, e continuamos a desenvolver uma série de parâmetros e de facilidades do contacto do próprio cliente. Desde os SMAS online, da implementação que cada vez mais tem aceitação por parte dos clientes ao débito direto, do nosso próprio site, dos conteúdos que estão disponíveis na web, fatura eletrónica, uma série de mecanismos que devido inclusive ao atendimento presencial que teve que ser fechado, houve também um reforço ao nível do atendimento telefónico e também por outro tipo de meios.

Dar aqui alguma nota de algumas obras que foram realizadas, não quero elencar todas, apesar de quem diz que nada fizemos ou que pouco fizemos, mas dava só aqui um exemplo, a Estrada Nacional 10, que em breve vai iniciar a obra, toda a conduta adutora de Corroios/Pragal que para quem não sabe, na rua Galileu Saúde Correia, era um problema gravíssimo que nós tínhamos, destacar também todo o investimento que foi feito nas nossas ETAR, em todas, e os Senhores/as Deputados/as Municipais e mais uma vez agradeço também a visita, tiveram a oportunidade de ver em pormenor, de perguntarem todas as dúvidas que tinham, principalmente naquelas que às vezes podemos trazer aqui e falar um pouco mais, mas foi importante a visita dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais às ETAR, tenho pena que na 2ª visita não tenha estado nenhum representante da CDU, porque era importante também lá ter estado na 2ª visita para acompanhar.

Dizer que mantivemos as certificações.

Estamos num processo muito intensivo na base do Plano Estratégico dos Sistemas de Informação que Desenvolvemos, tudo isto no ano de 2020.

E para terminar, muito rapidamente dizer o seguinte: tenho muito orgulho de chegar praticamente ao final do mandato e poder dizer que os SMAS de Almada, neste caso a 31 de dezembro de 2020, tinham 456 trabalhadores. E conosco o SIADAP é uma realidade e está feito, não há cá invenções, não há trabalhadores sem SIADAP há mais de 5 anos, isso neste momento nos SMAS de Almada não existe, era algo que existia quando nós chegamos, atualmente não existe. Por isso pôr o cravo à lapela ou falar dos valores de Abril, é tudo muito bonito, mas nós preferimos aplicar os valores de Abril e neste caso tratar os trabalhadores com a dignidade que eles merecem.

Em relação a resultados finais, só realçar um resultado que é o resultado também ilíquido do ano de 2020, que se cifra em 482.440.088€ (quatrocentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e quarenta euros e oitenta e oito cêntimos).

Dizer que, temos valores de independência financeira muito superiores do que tínhamos o ano passado, solvabilidade, liquidez.

Para terminar mesmo, até porque o tempo é curto, dizer o seguinte: estes resultados expressam um dos melhores exercícios de sempre dos SMAS de Almada e isto é um orgulho para nós enquanto Conselho de Administração.

Terminando, dizer só o seguinte: para quem nos acusa de não ter um plano de estratégia e não saber o que é que queremos fazer, com mais tempo posso elencar aqui de cabeça 20 ou 30 obras que estão previstas nesse plano e eu sei Senhor Presidente eu não vou fazê-lo, mas noutra ocasião teremos todo o gosto de discutir isso, porque só quem não conhece neste momento a realidade é que pode dizer que não há um plano e que não sabemos onde é que queremos intervir. Porque sabemos e os técnicos e os funcionários também sabem.”

**6.2.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhor Presidente apresentamos os três pontos em conjunto e não mencionei a questão das nossas três Agências, a AGENEAL, a ARRIBATEJO e a NOVALMADAVELHA. Não era em 2020 nem em 2021, não eram os anos em que conseguíamos resolver o problema grave e grande que foi estas Agências não se terem adaptado à legislação de 2015, mas mantivemos aquele que era o nosso compromisso, de salvar em todas as ocasiões os empregos, os postos de trabalho e poder manter naturalmente tudo o que foi feito, todas as medidas de salvaguarda que foram criadas e inclusivamente as medidas ao nível da saúde, ao nível dos apoios para os trabalhadores da Câmara Municipal, dos SMAS e foram aplicados também aos trabalhadores das três Agências, e aliás também da WEMOB.

Relativamente à WEMOB foi um ano negro e só lembrar e assumir com toda a frontalidade, foi esta pandemia, o confinamento, o fim de toda e qualquer fiscalização, veio apanhar a empresa numa dinâmica de grande investimento e de grande projeção. Devo dizer que, apesar de tudo e apesar do resultado muito negativo que são 700.000.00€ (setecentos mil euros), que a empresa teve, comparativamente, ou seja, há um ditado que diz: “quando eu olho assusto-me, quando eu comparo respiro de alívio”, que é comparado por exemplo, os déficits, os resultados negativos, seja em Lisboa, seja em Cascais, seja noutras empresas equivalentes se foram ainda maiores. Portanto, quero dar aqui também uma palavra à Administração da WEMOB e aos seus trabalhadores naturalmente, que conseguiram apesar de tudo com muitos esforço recuperar uma situação que estava muito dramática quando foi do primeiro confinamento, e previa-se e temia-se o pior e portanto, há que dizer, houve uma baixa muito significativa nas vendas, no seu total foi uma quebra de 35%; 31% nas vendas, 35% na prestação de serviços, menos 50% nos rendimentos de fiscalização, em todas as áreas, taxas, coimas, parquímetros; menos 32% na venda de veículos em fim de vida e menos 5% nos parques em Almada, porque isso é normal porque são assinaturas, e só mesmo os parques da Costa da Caparica naquele período de verão conseguiram compensar um bocadinho as perdas muito significativas que o ano de 2020 trouxe à empresa. Importa lembrar que se suspenderam todas as fiscalizações, absolutamente todas as fiscalizações e, portanto, era difícil não imaginar esta questão é bom saber que apesar de tudo houve também naturalmente reduções equivalentes também no fornecimento e serviços externos, menos 29%; houve um aumento em gastos de pessoal, porque há contratos para cumprir e, portanto, foram mais 8% e assim também, de facto, com a redução de outros gastos, sobretudo dos serviços externos, conseguiu compensar-se e minimizar-se a perda.

Portanto, não queria estar aqui a omitir ou não abordar com toda a frontalidade e clareza aquilo que de facto, foi um ano muito difícil para aquela empresa e que aliás, os Senhores/as Deputados/as Municipais e nós aqui na Assembleia Municipal, tivemos ocasião de falar dele e felizmente neste momento a empresa está mais estabilizada e pode começar a retomar a sua atividade normal.”

**6.2.2 –** No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José Rocha (BE), João Galdes (CDU), Carlos Revés (CDU), André Macedo (PS), José Lourenço (CDU), Marina Lopes (PSD), Sílvia Sousa (Ind), Maria Luís Albuquerque (PSD), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), Pedro Matias (PS) e ainda os Senhores Vereadores João Couvaneiro e Miguel Salvado e a Senhora Presidente da Câmara.

**6.2.2.1 –** O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes da minha intervenção propriamente dita, eu gostaria de felicitar a Senhora Presidente da Câmara pela exposição que aqui nos deixou, porque de facto, eu falo todos os dias com muitos cidadãos, agora não que estou limitado e passo mais tempo em casa nestes últimos dias, por diversas Freguesias do Concelho, onde chegam até nós com inúmeras queixas, a todos os níveis, quer pessoas ligadas à cultura, quer pessoas com inúmeras carências sociais, quer pessoas com imensos problemas de vários níveis, mas depois de ouvir o discurso da Senhora Presidente, eu de facto, começo a questionar-me se vale a pena intervir neste ponto, se vale a pena acreditar nas pessoas que a nós se dirigem, ou se de facto, já começamos aqui a campanha antecipadamente. Parece que vivemos numa Autarquia sem problemas, onde tudo neste momento é perfeito e de facto, isso não é verdade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Posto esta nota e mais uma vez felicitar a Senhora Presidente da Câmara pelo seu discurso. Eu começaria esta minha intervenção por anunciar que apresentaremos uma declaração de voto onde faremos de uma forma mais detalhada todos os reparos que entendemos relevantes sobre este documento.

Mas para justificar o nosso sentido de voto deixaria aqui algumas notas e começaria exatamente por aquilo que foi dito pela nossa Vereadora Joana Mortágua em reunião de Câmara e que a bancada do Bloco de Esquerda subscreve inteiramente. Estando em final do mandato, fazer aqui um debate mais profundo sobre este balanço de contas apresentadas pela Autarquia, seria antecipar aquilo que inevitavelmente será o debate das autárquicas.

O nosso voto justifica-se desde logo pelo facto de termos votado contra os orçamentos apresentados pela Câmara Municipal ao longo deste mandato. Termos apresentado política alternativa, a impossibilidade de qualquer tipo de negociação enquanto oposição com este executivo e a prova disso mesmo, foi a recusa por parte desta maioria PS/PSD, todas as propostas que o Bloco de Esquerda apresentou. Aliás, nem sequer aceitou discuti-las e creio que isto diz tudo sobre a vontade que demonstraram para negociar qualquer alternativa com os partidos da oposição.

Consideramos que em termos de investimento o executivo ficou muito aquém do que poderia e deveria ter feito, não só no período de crise pandémica mas também pela falta de adoção de medidas que permitissem encontrar soluções para muitos dos problemas estruturais do Concelho de Almada, e ao fim de 4 anos, tendo o Bloco de esquerda uma visão diferente e opções políticas diferentes para o Município, em oposição a esta maioria que gere as políticas desta Autarquia, seria muito estranho que mudássemos o nosso sentido de voto.

Iremos, portanto, manter essa coerência com o nosso voto contra e até ao final deste mandato e durante a campanha que parece que já começou, que se aproxima para as próximas eleições autárquicas, teremos seguramente, oportunidade de debater sobre as políticas municipais que devem ser prioritárias e veremos o que cada candidatura tem a dizer sobre o balanço destes 4 anos de candidatura.”

### 6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para uma vez que estamos a discutir em conjunto os 3 pontos que foram agendados, para solicitar que o ponto relativo ao Relatório e Conta de Gerência da ECALMA o WEMOB, possa ser votado em separado os dois pontos da parte deliberativa, uma vez que o terceiro ponto não se vota, não tem sentido de votar, mas votar o ponto 1 e o ponto 2 separados da parte deliberativa do Relatório da WEMOB:”

### 6.2.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O documento de prestação de contas dos SMAS de Almada para 2020, hoje aqui em discussão, vem demonstrar de forma cabal que o que afirmámos em dezembro de 2019, e que levou ao voto contra da bancada da CDU ao Plano de Atividades e Orçamento dos SMAS para 2020, se confirma em toda a linha.

2020 foi mais um ano, a para com os 2 anteriores deste executivo municipal, em que não se vislumbrou uma estratégia clara de reabilitação das redes, tanto de água como de saneamento, tão necessária num contexto em que estas se aproximam a passos largos do término da sua vida útil.

A inexistência desta estratégia preventiva leva a uma maior necessidade de intervenções corretivas nas redes, com o decorrente aumento dos custos de manutenção das mesmas.

Mas as consequências gravosas deste fato não se resumem ao aspeto financeiro. No caso concreto das redes de abastecimento de água, esta falta de reabilitação leva a uma inevitável diminuição da garantia de qualidade da água disponibilizada aos munícipes do nosso Concelho, da qual a perda do Selo de qualidade exemplar da água para consumo humano em 2019 é apenas um indício preocupante. Para a CDU isto é inaceitável.



Assim como é inaceitável que também em 2020, como aconteceu nos 2 anos anteriores, os níveis de execução do investimento nos SMAS de Almada tenham atingido níveis baixíssimos, na ordem dos 27%.

Reconhecemos que a situação pandémica que o país atravessou em 2020, e que ainda hoje perdura, condicionou a capacidade de realização, não só aqui em Almada, como em todo o país.

Não obstante, e ainda assim, não se nos afigura aceitável tão baixa execução.

De que vale ter um grande investimento previsto em orçamento, aliás reforçado durante o ano já em pleno período de pandemia, se depois não existe capacidade de execução?

Nestes termos, a bancada da CDU na Assembleia Municipal de Almada não pode, em consciência, ter outra posição que não o voto contra o Relatório e Conta de Gerência dos SMAS para 2020.”

#### **6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para deixar aqui também umas notas em relação aos SMAS e à WEMOB.

Em relação aos SMAS, a posição do Bloco de Esquerda será a que teve desde o início deste mandato, quer em relação aos orçamentos apresentados pelo SMAS em anos anteriores, quer em relação a este Relatório. Assumimos, portanto, uma posição de continuidade à semelhança do que fizemos em votações anteriores. Temos efetivamente, uma grande divergência com os SMAS que tem a ver com o facto de a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda e aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal, para atribuição automática da tarifa social da água e resíduos, que muito sinceramente continuamos a não compreender o porquê da sua não implementação até à data, e importa já agora lembrar, que estando a poucos dias do final do mês de junho que existe uma proposta aprovada em reunião de Câmara, para o processo de efetivação desta proposta durante este mês e ainda que, correndo o risco de sermos acusados de excesso de otimismo, queremos acreditar que ainda é possível assistirmos à sua concretização. O que aliás, apesar de todos os argumentos, apesar de todas as desculpas que nos tenham sido apresentadas, já poderia e deveria ter sido feito.

Para além disto, acrescentar que em relação à política do SMAS de Almada, não termos uma divergência suficientemente relevante que nos faça mudar o nosso sentido de voto e, portanto, a bancada do Bloco de Esquerda irá manter a abstenção.

Em relação à WEMOB. Em relação à WEMOB aqui sim, existe de facto, uma divergência profunda. E ela existe desde a alteração dos estatutos, desde o aumento de capital da empresa, o seu papel na mobilidade, o papel do Flexibus que devia ter, e reconhecendo de facto, evidentemente, que o período excecional que atravessamos, que houve a suspensão de coimas e de pagamento de estacionamento com que obviamente concordamos e aliás, esta foi também uma proposta que o Bloco de Esquerda apresentou, mas como disse, embora reconheçamos o período atípico e difícil que vivenciamos, a bancada do Bloco de Esquerda irá votar contra porque enfim, porque discordamos da política de gestão desta empresa municipal.”

#### **6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O ano de 2020 foi um ano sem igual a qualquer um que nos possamos lembrar.

Desde que vivemos em democracia, nunca o poder político, e em particular o Poder Local, se viu confrontado com uma catástrofe sanitária e económica com a dimensão da que foi provocada pela pandemia de Covid-19. Uma emergência como esta, naturalmente impôs aos responsáveis políticos do Concelho de Almada urgência na tomada de decisão, mas também ponderação e prudência no momento de atuar.

Neste contexto de extrema adversidade, o Partido Socialista quer saudar a Câmara Municipal de Almada, na pessoa da Senhora Presidente Inês de Medeiros, pela apresentação deste Relatório e Conta de Gerência, cujos resultados são espelho da responsabilidade governativa que o executivo do Partido Socialista tem vindo a demonstrar ao longo dos últimos 4 anos na gestão do orçamento municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A pandemia ergueu diversos constrangimentos do ponto de vista orçamental à Câmara ao longo da execução do orçamento de 2020, que felizmente muitos deles conseguiram ser ultrapassados. Referimo-nos naturalmente à queda da receita face a 2019 em cerca de 4%, que foi explicada maioritariamente pela redução da receita fiscal em cerca de 9%. E aqui todos obviamente temos conhecimento que contribuiu a redução do IMT em cerca de 20% de queda face a 2019, provocado naturalmente pela asfixia da atividade económica provocada pela pandemia o que naturalmente obrigou o executivo a procurar soluções que minimizassem o impacto nas receitas.

Não obstante, a bancada do PS quer destacar a elevada execução deste orçamento, em cerca de 113 M€, e que correspondeu a uma execução orçamental de 79%. A destacar naturalmente, queremos referir as áreas da Educação, da Cultura, Desporto, da Higiene e Limpeza, do Ambiente e também diversas causas sociais, o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros e também os diversos programas de Ação Social e de Habitação.

Queremos também salientar o aumento do investimento para os 39.3 M€, tendo atingido o nível mais elevado deste mandato, mantendo a tendência de crescimento desde que o Partido Socialista é governo em Almada.

Relativamente à execução das GOP, queremos destacar que o montante executado é superior em 61 M€ ao de 2019, fruto do aumento do investimento, mas também do compromisso deste Executivo em não orçamentar despesas sem plano.

Sobre o Plano Plurianual de Investimentos, espelho da execução do orçamento de 2020, queremos apenas assinalar que a sua execução, na ordem dos 35 M€, que representou um crescimento de 156% face à execução 2019, reforçando a tendência deste executivo em aumentar o investimento neste Concelho de ano para ano.

Por fim, a bancada do PS quer saudar a Câmara Municipal de Almada pela execução deste orçamento, em particular por apresentar um saldo de gerência potencial idêntico ao do ano anterior, na ordem dos 40M€. Isto significa que num ano particularmente difícil como foi o da pandemia, com redução de receitas por via da paralisação parcial da atividade económica, a Câmara consegue apresentar-nos umas contas municipais saudáveis, com uma margem considerável, para prosseguir com os investimentos planeados para o ano de 2021 e os anos futuros.”

### 6.2.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A importância da discussão do Relatório e Contas de 2020, é naturalmente reforçada pelo facto de ela coincidir com o fim do atual mandato e por isso mesmo, ser uma oportunidade para ao mesmo tempo que analisamos o que foi 2020, olharmos também para a totalidade do mandato.

O ano de 2020 pelo impacto da pandemia, foi um ano único das nossas vidas e como tal esperar-se-ia que este relatório que estamos hoje aqui a discutir, refletisse de forma circunstanciada isso mesmo.

Mas, quem fizer a leitura do documento que acompanha as Contas e quem tiver o cuidado de revisitar a discussão que se travou na Câmara Municipal com a apresentação dessas mesmas Contas, concluirá, que os impactos da pandemia não atravessaram o Tejo, já que por cá tudo parece ter corrido sobre rodas.

Não podemos concluir o contrário quando em nome da Câmara Municipal se reafirma a dimensão do orçamento municipal em 2020, o maior de sempre da história de Almada, se reforça essa afirmação com outras como, que as despesas de capital cresceram acima de 100%, que o nível de investimento executado é o motivo de orgulho para o Concelho e que, também este foi o maior de sempre e que, 2020 foi um ano marcante em Almada. Tudo isto foi afirmado na reunião de Câmara.

Ouvido isto, esfregamos os olhos e desde logo algumas perguntas nos assaltam. Por onde andou este executivo municipal no último ano? Quem pretendem convencer com este discurso absurdo?

Será que querem desta forma justificar o baixíssimo nível de execução das medidas de ataque à pandemia no nosso Concelho e que o Jornal Expresso há alguns meses denunciou?



Não acompanham os dados do Centro de Emprego de Almada, que não refletindo a totalidade dos desempregados no Concelho, não deixam de mostrar uma subida do número de desempregados inscritos há menos de 1 ano de cerca de 50%?

Não ouviram as nossas IPSS do Concelho exprimirem a sua preocupação pela subida em flecha do número daqueles que pediam apoio?

A crer naquilo que afirmam, no último ano este executivo literalmente hibernou.

Mas analisemos os vários argumentos utilizados em torno do orçamento municipal, que dizem ser o maior de sempre.

O Orçamento Municipal anual é sem dúvida um documento importante que deve nortear a intervenção municipal. Mas a sua credibilidade é aferida anualmente pelo seu nível de execução.

De que vale um orçamento que promete mundos e fundos e que concluído o ano fica sistematicamente aquém do prometido?

Claro que quando isso acontece sistematicamente, os munícipes começam a desconfiar daquilo que lhes prometem e percebem que entre o aquilo que se orçamenta e aquilo que se executa vai uma enorme diferença e por isso as promessas de obra vão sendo adiadas de ano para ano.

Com o PS na Câmara Municipal de Almada desde novembro de 2017, é exatamente isso que se verifica, começaram com um Orçamento de cerca de 96 milhões de euros em 2018, para em 2020 esse orçamento ser já, de acordo com as suas contas de 143 milhões de euros. Um crescimento orçamental de 50%.

Mas se olharmos para a execução da despesa, que essa sim reflete aquilo que foi para o terreno, o que verificamos é que o nível de despesa executado é ainda inferior ao de 2017 e isto apesar de terem antecipado uma prestação do protocolo que têm com a Companhia de Teatro de Almada uma prestação de 2021 que pagaram em dezembro, o que fizeram aliás, também com o Teatro Extremo, era preciso executar mais. Isto não significa que estas duas Companhias de Teatro tenham mais dinheiro em 2021, receberam uns dias antes de acabar o ano. Foram cerca de 700 mil euros nisto. E nem assim executaram mais do que em 2017.

Para esta evolução desastrosa muito contribuiu a evolução do investimento municipal nestes últimos três anos. Começaram por prometer investir 17,3 milhões de euros em 2018 e acabaram a prometer investir 26 milhões de euros em 2020. Em nenhum dos anos executaram mais do que 55% daquilo que prometeram em orçamento. Mostraram uma completa incapacidade ao longo deste mandato para cumprirem com o prometido.

Mas como esta não era a fotografia com que se queriam apresentar neste momento e as receitas municipais evoluíram a bom ritmo nos últimos anos, no final de 2020 tiraram da cartola uma aplicação financeira a três meses de 20 milhões de euros com taxa de juro zero, para assim aumentarem as despesas de capital em perto de 100% e de seguida dizerem que o investimento cresceu de um ano para o outro 117%.

Ou seja, só num dia do final do mês de dezembro do ano passado, fizeram um depósito de 20 milhões de euros, superior a todo o investimento que efetuaram em todo o ano de 2020 e agora pretendem vender esta operação aos munícipes do nosso Concelho como sendo aumento do investimento.

Mas não, o nível de investimento municipal é hoje ainda bastante inferior ao que era feito nos anteriores mandatos, apesar de abundarem no município recursos financeiros, para que o município possa melhorar consideravelmente as suas infraestruturas municipais, sejam elas ao nível educativo, desportivo e social e outras infraestruturas, beneficiando delas todos os nossos munícipes, independentemente da sua condição social.

Da análise do Relatório e Contas de 2020, ano que como já referimos ficou marcado pela pandemia que vivemos, ressalta ainda a escassíssima informação sobre a intervenção municipal, naturalmente no âmbito das suas competências sobre este problema da pandemia.

Em metade de uma folha A4, sintetiza-se a intervenção do município, mas se procurarmos informação mais detalhada ela não existe. Gastaram 573 mil euros na aquisição de bens (que bens?), não se sabe; 360 mil euros



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

na aquisição de serviços (que serviços?), não se sabe; em transferências e subsídios 1 199 mil euros (que transferências e subsídios?), não se sabe; investiram-se 28 mil euros (em que?), não se sabe.

Entretanto se analisarmos a execução das Grandes Opções do Plano, encontramos a determinado passo, uma rubrica “Contingência COVID-19”, em que se assinala a execução de 348 mil e quinhentos euros, valor que não coincide com nenhum valor da tal dita folha A4 síntese.

Fica claro que se exige sobre estas despesas, pela importância que elas têm e pelo seu carácter excecional, uma muito maior transparência que não conseguimos vislumbrar nos documentos distribuídos.

Pela sua importância uma nota mais sobre esta matéria, a CDU propôs no ano passado a 20 de abril, a criação de um Fundo de Emergência de 1 milhão de euros para apoio suplementar excecional ao movimento associativo do nosso Concelho. Essa proposta foi rejeitada pelo atual executivo PS /PSD. Ora vejamos agora o aconteceu em 2020 com o apoio ao movimento associativo. Da leitura dos mapas das transferências correntes distribuídos com o Relatório e Contas conclui-se que das cerca de 180 coletividades que últimos anos seis anos tiveram apoio do município, apenas cerca de 100 coletividades foram apoiadas em 2020 e destas 100 só cerca de 1/3 viram o seu apoio aumentado. O resto tiveram menos apoio e nalguns casos um apoio insignificante. Apesar da pandemia e das enormes dificuldades porque passa o movimento associativo, cultural e social do nosso Concelho o atual executivo municipal entendeu que o reforço do seu apoio não era fundamental para também ele, movimento associativo, melhore poder contribuir para enfrentarmos os efeitos da pandemia.

Para terminar, o Relatório e Contas de 2020 que estamos a apreciar, na linha de documentos anteriores, espelha muito bem a incapacidade do atual executivo, para enfrentar as necessidades do nosso Concelho e pode ser um bom documento para demonstrar que as resoluções de muitos dos problemas ao nível local, exigem uma outra qualidade de intervenção, uma proximidade com os interesses das populações e dos trabalhadores da autarquia, que este executivo francamente nunca teve.”

### 6.2.2.7 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação aos SMAS, após análise a este documento, destacamos 3 linhas estratégicas de atuação. Almada Mais Sustentável, Solidária e Eco Eficiente. Num ano atípico, marcada pelo contexto pandemia, louvamos o esforço feito por parte dos SMAS para que houvesse uma maior equidade social na atuação dos serviços.

Dada a particularidade deste ano, parece-nos relevante evidenciar que a 31 de dezembro de 2020, os SMAS apresentavam melhores resultados nos indicadores de referência em comparação em período homólogo. 79% de independência financeira em 2020, contra 70% em 2019; Solvabilidade 3.8 em 2020 contra 2.34 em 2019; Liquidez de 1.72 em 2020, contra 0.81 em 2019. A taxa de execução orçamental das receitas correntes é de 98% e a taxa de execução da receita global, é de 97%. A taxa de execução da despesa corrente é de 86% e a de execução da despesa total é de 71%.

Destacamos o investimento aplicado na renovação nas redes de água e de saneamento do Concelho. E na aquisição de equipamentos para a produção de água e tratamentos de águas residuais.

Saudamos a gestão administrativa e financeira dos SMAS ao longo deste mandato, sendo que no último ano houve um aumento da independência financeira dos serviços, a taxa de execução orçamental é bastante elevada e a qualidade da água do nosso Concelho continua no patamar de excelência inigualável.”

### 6.2.2.8 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O ano passado por esta altura estávamos também a discutir a Prestação de Contas e relativamente ao WEMOB, uma das questões que coloquei à data, tinha a ver com o facto do excedente orçamental ao nível das remunerações dos trabalhadores de 135% e o excedente orçamental também relativamente à remuneração dos órgãos sociais.



Nessa altura, foi uma Sessão da Assembleia Municipal um pouco atribulada porque tínhamos os trabalhadores da WEMOB que ainda não tinham recebido o subsídio de férias bem como o salário. A explicação relativamente ao excedente orçamental nos trabalhadores, tinha a ver com o facto da reorganização da empresa e o aumento do número de trabalhadores e havia essa necessidade, porém a explicação relativamente ao aumento do excedente orçamental, ou seja, o aumento da despesa em cerca de 7.000.00€ (sete mil euros) no valor da remuneração dos órgãos sociais, eu honestamente não consegui perceber muito bem.

Um ano de reorganização, entretanto, entramos neste ano, o ano de 2020, um ano de pandemia, um ano que obviamente há um resultado líquido negativo e outra coisa não seria de esperar tendo em conta as vicissitudes que este problema como disse a Senhora Presidente da Câmara há pouco e muito bem, alteraram de certeza e mudaram provavelmente para sempre, ou pelo menos a visão, do Concelho, do país e do mundo. Portanto, relativamente a esse resultado líquido a outra coisa não seria de esperar, porém, voltamos a ter uma taxa de excedente orçamental de 116% na remuneração dos órgãos sociais. No documento é explicado que a única pessoa remunerada nos órgãos sociais, é o Presidente, que tem um valor orçamentado de 65.000.00€ (sessenta e cinco mil euros), mais coisa menos coisa, de remuneração e que recebe 75.000.00€ (setenta e cinco mil euros) durante o ano de 2020. Ou seja, temos um excedente orçamental relativamente aos órgãos sociais, de 116% mais 16% do que aquilo que estava orçamentado, num ano em que a empresa municipal, tem um decréscimo de receita bastante acentuado e mais uma vez digo, expectável.

Nesta medida, aquilo que eu gostava de saber é a que é que se deve este valor de excedente orçamental? Porque ideologicamente, eu sempre fui pela criação da policia municipal, porque pode ser uma divisão do Município, e este tipo de questões por norma não se colocam. Não consigo entender quem aprovou este valor de excedente na remuneração do órgão social, até porque este ano os trabalhadores tiveram uma execução orçamental de 83% e não os valores do ano passado, portanto, percebe-se claramente o acerto a reorganização dos serviços, mas, o objetivo aqui era mesmo o tentar perceber o porquê deste excedente, porque é que a remuneração dos órgãos sociais têm este valor de ano para ano que não faz no meu entender, e ainda por cima num ano com as dificuldades que todos nós sabemos, não faz qualquer tipo de justificação.

Por esse motivo votarei contra as constas da WEMOB:”

**6.2.2.9 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acabamos de ouvir o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que deve ter lido um Relatório e Contas diferente daquele que nos foi apresentado, mesmo num ano de pandemia que tivemos, a atividade económica parada cerca de dois meses, diversas restrições ao funcionamento de todas as atividades comerciais, municipais também, este é um orçamento que teve uma despesa corrente, uma execução de 82%, e que nas despesas de capital teve uma execução 75%, que foi um ano que todos reconhecemos e o próprio Senhor Deputado Municipal José Lourenço reconheceu isso no início da sua intervenção, que era um ano difícil, e portanto, naturalmente 75% é uma execução dentro até do normal. E o orçamento total que de facto era o maior até à data, teve uma execução também bastante elevada de 79%, estamos a falar de 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros). 113.000.000.00€ (cento e treze milhões de euros) planeados Senhor Deputado Municipal. Planeados, coisa que não acontecia no mandato anterior. E importa referir que relativamente ao investimento, o Senhor Deputado Municipal faz uma leitura errada, porque como sabe, se olhar para o Relatório e Contas, a evolução do investimento é fortemente terminada pela evolução da rubrica da aquisição de bens de capital. Portanto, quando fala da aplicação financeira, é matéria que interessa pouco aqui para falar de investimento, porque, vamos ver que o valor executado é superior inclusivamente à média em milhões de euros, é superior a media executada pelo mandato anterior da CDU. Tivemos uma execução de 14,5 milhões de euros este ano e na rubrica da aquisição de bens de capital, do investimento, e é superior aos anos anteriores. O Senhor Deputado Municipal fala da aplicação, se retirar a aplicação vê que o investimento deste ano é superior à dos anos anteriores. Portanto, eu não percebo o que é que o Senhor Deputado Municipal está a insinuar com a aplicação financeira. Mas, falando na aplicação financeira, conforme foi dito, é saldo de gerência na prática, está a render juros, O Senhor Deputado Municipal diz que não, não sei porque é que diz isso. É um compromisso para



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

investimento em anos futuros e importa até dizer que esse saldo de gerência, apresentamos aqui no fim do mandato. Porque mesmo com o maior orçamento de sempre e com bons níveis de execução o Partido Socialista na Câmara Municipal consegue apresentar um saldo de gerência de 40.000.000.00€ (quarenta milhões de euros) no final do ano, que se formos comparar com o penúltimo ano de mandato da CDU, 2016, era um saldo de gerência de 27.000.000.00€ (vinte e sete milhões de euros) e vinha a cair desde os anos dos tempos áureos. Portanto, a Câmara da CDU estava a levar as finanças da Autarquia para uma situação tendencialmente deficitária no futuro, que foi invertida por este executivo. Mas se o Senhor Deputado Municipal também fala de maquilhagem da rúbrica do investimento com a aplicação financeira, eu acho que se calhar também não é a pessoa mais certa para falar, quando no mandato anterior, a rúbrica de investimento chegou a ser inflacionada com empréstimos concedidos aos SMAS e com contratos com o Metro Sul do Tejo, e também com a manutenção de viaturas colocadas na rúbrica de investimento. Portanto, o Senhor Deputado Municipal se for sério, tem que admitir que o nível de investimento foi um nível normal, foi investimento executado superior ao dos anos anteriores e se formos olhar para o mandato da Câmara Municipal, é um investimento que tem vindo a crescer desde o primeiro dia.”

### 6.2.2.10 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito já foi dito hoje aqui sobre o Relatório e Contas da Câmara Municipal, nomeadamente relativo ao ano de 2020, naturalmente e conforme lá é referido, foi um ano que ficou muito marcado pela situação pandémica, pelo impacto que essa situação teve na situação económica, na mobilidade, na educação, nas formas de trabalho, tudo isso se refletiu ao longo do ano 2020, e já também no ano de 2021. E, portanto, neste contexto, era espectável a quebra de receita que se verificou, quer pela redução da atividade, quer pelas isenções que a Câmara Municipal concedeu como forma de apoio aos setores mais afetados.

É também de notar um ponto que está no relatório e que é relevante, que o impacto da redução da receita fiscal será sentido este ano de 2021, provavelmente ainda no ano de 2022, e isto ainda assim assumindo que a crise pandémica será ultrapassada a curto prazo o que de momento, nem sequer pode ser dado como garantido, não estamos numa fase especialmente positiva, esperemos que se resolva.

Essencialmente pelas mesmas razões, algumas rúbricas da despesa tiveram também taxas de execução muito baixa e de forma igualmente compreensível. Mas, acho que é importante também aqui pedir à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que nos dê algumas explicações adicionais, relativamente à execução do investimento, do plano plurianual de investimento. Já foi aqui amplamente discutido, quero contribuir, espero, para o esclarecimento de quem nos ouve. Quando nós olhamos para a execução do investimento, se de facto retirarmos a componente de ativos financeiro, ficamos com uma taxa de execução de investimento de 55%. Basta retirar a componente de ativos financeiros. É factual, é o que decorre do 4. O que em algumas rúbricas, parece perfeitamente compreensível. Quando olhamos para projetos de investimento para promover o turismo num ano que praticamente não pôde haver atividades turísticas é compreensível. Se pensarmos que investimentos associados à cultura tiveram que ser adiados porque não pôde haver eventos, é completamente compreensível. Mas, pedimos à Senhora Presidente da Câmara Municipal que explique a baixa de execução em outras áreas, cuja razão a nós nos afigura menos evidente. Por exemplo, áreas como a habitação social, com uma execução de 63%, os equipamentos escolares e condições de funcionamento 24%, solidariedade e inclusão e habitação 62%, espaço público qualidade de vida urbana e rede viária 60%, são alguns exemplos que têm taxas de execução baixas ou muito baixas. E aquilo que importa esclarecer, é quais foram os fatores que determinaram essas baixas taxas de execução. E aquilo que importa esclarecer, é quais foram os fatores que determinaram essas baixas taxas de execução. Houve problemas com a contratação pública? Houve problemas no andamento dos projetos? Há algum tipo de estrangulamento dentro da Câmara Municipal que faz com que os processos demorem mais do que aquilo que deveria acontecer? São essas explicações que procuramos, porque importa saber porque razão é que a execução foi baixa, para que se possa ir à raiz dos problemas e resolve-los. Porque seguramente, com a pandemia não se encontra uma menor necessidade de realizar investimentos nestas áreas, antes pelo contrário, a situação que atravessamos pediria até um reforço de investimento.



Falando dos outros temas que também foram aqui abordados, dos outros Relatórios que também são apresentados para a nossa análise.

O caso da AGENEAL. A AGENEAL apresenta-nos o Relatório e Atividades e Contas de 2020, e aquilo que nos preocupa sobre a AGENEAL é o seguinte: nós verificamos que no exercício de 2020, os resultados contabilísticos são muito penalizadores e preocupamo-nos com a capacidade da entidade de continuar a sua existência e de continuar a cumprir aquilo que são os seus compromissos. A Câmara Municipal de Almada, contribui com um valor inferior a 20.000.00€ (vinte mil euros) para um total de receitas apuradas de 130.000.00€ (cento e trinta mil euros) o que é uma participação pequena.

Estas Agências de Energia, são parceiras reconhecidas pela Comissão Europeia, pelo Governo Português, são Agentes Locais incontornáveis dos Programas e Planos para a transição energética e para a descarbonização, têm um trabalho importante de qualidade e de atualidade e é o parceiro estratégico para que no Município de Almada possam ser também alcançados esses objetivos. E, portanto, nesse contexto queremos colocar algumas questões à Câmara Municipal.

1 – Em 2019, na Assembleia Municipal de novembro de 2019, constava um ponto que dizia: “Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre celebração do Contrato-Programa com a AGENEAL”. Na altura esse ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos e não regressou. Gostávamos de saber o que é que a Câmara Municipal tenciona fazer relativamente a esta matéria e como é que se propõe resolver um ponto sendo se é sabido, que há muitos Municípios no país que têm apoios financeiros bem mais relevantes às suas Agências de Energia. Por outro lado, há uma dívida da Câmara Municipal no valor de 190.000.00€ (cento e noventa mil euros) por trabalhos realizados em 2019, uma dívida à AGENEAL, que consta do Relatório que foi aqui aprovado no ano passado, e queríamos perguntar à Câmara Municipal quando é que será saldada essa dívida?

A mesma pergunta se coloca relativamente aos SMAS, um trabalho desenvolvido em 2017 no valor de 50.000.00€ (cinquenta mil euros) e que está também ainda por pagar, entendendo nós também que a AGENEAL é uma entidade importante, queremos saber quando é que quer a Câmara Municipal, quer os SMAS, se propõem a regularizar esta dívida e como é que se propõem fazer a gestão da relação financeira daqui para a frente?

Por último, uma palavra sobre o Relatório e Contas da WEMOB que também já foi aqui hoje referido.

O resultado negativo é e diria facilmente explicável pela perda de receita que decorre das circunstâncias do ano de 2020. As isenções, a impossibilidade de fiscalização, a suspensão de autos, tudo isso são fatores perfeitamente atendíveis e compreensíveis.

Por outro lado, verificamos que, na sequência de decisões gestionárias tomadas em 2019 e aqui questionadas, e também já hoje aqui referidas. Vemos que os custos com pessoal continuam a crescer e o que nos continua a preocupar, tal como expressamos o ano passado, é que continuamos a não ter informação sobre o plano de reestruturação da empresa, e continuam sem ser entregues os relatórios trimestrais que permitiriam um acompanhamento mais constante e mais adequado da atividade desta empresa. E, portanto, perguntamos à Senhora Presidente da Câmara Municipal se eventualmente dispõe de mais informação sobre esta matéria, se não as razões pelas quais não a terá solicitado, e quando é que esta Assembleia Municipal pode esperar ter um conhecimento mais detalhado daquilo que deverá ser o futuro da WEMOB. Aliás, recordamos a este propósito, que foi aqui assumido um compromisso de realizar um estudo técnico, sobre a criação de uma polícia municipal em Almada, e queremos aproveitar esta oportunidade para perguntar como está estudo e apelar a que ele seja concluído e conhecido ainda durante este mandato, para que no início do próximo mandato autárquico, estejam os órgãos autárquicos que venham a se eleitos em condições de tomar uma decisão sobre esta matéria de forma plenamente informada.”

**6.2.2.11 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu fui interpelado a propósito dos números que aqui trouxe sobre o investimento. É claro que toda a análise que tem que ser feita sobre o Relatório e Contas de 2020, ela parece enviesada e toda a gente percebe isso, por



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aquela operação financeira. Ela não tem sentido nenhum senão apenas, não há nenhuma regra, nem juros daquele dinheiro dá. Aliás, numa das Sessões de março, salvo erro naquela por videoconferência que tivemos, chamei à atenção para isso. Portanto, não tem sentido. Aquela operação de 20.000.000.00€ (vinte milhões de euros) à taxa de juro de 0% tem um único objetivo, feita a uma semana do final do ano, aumentar os níveis de execução, o mesmo que aconteceu com o protocolo com a Companhia de Teatro e o Teatro Extremo. E quem quiser fazer uma análise realista e correta sobre o Relatório e Contas, dê os números que derem têm que ir aqui, tem que retirar estes números.

Outra nota. Quem fez o Relatório e Contas, o texto, eu diria que, se eu tivesse responsabilidade sobre aquela matéria, a pessoa que me apresentasse aquilo, eu perguntar-lhe-ia imediatamente porque é que quando se analisa o investimento, faz-se esta conta, como se pretende dizer que em 2020 se investiu muito, então o que é que se faz? Calcula-se a média do investimento executado em 2017, 2016 e 2015, que são anos que todos conhecemos porque é que foram afetados, 2015 teve um investimento à volta de 11.000.000.00€ (onze milhões), 2016 já subiu ligeiramente para 13.000.000.00€ (treze milhões) à volta disso, e 2017 foi 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros). Então a técnica é esta, calcula-se a média destes 3 números, e depois diz-se ganhamos, em 2020 investimos mais do que a média dos 3. Desculpem lá, então porque é que não calculam a média dos 3 anos com os 3 anteriores? Isto não tem sentido, isto é apenas para martelar os números e concluir-se aquilo que ninguém conclui, que ninguém conclui. Como a Senhora Deputada Maria Luís Albuquerque aqui diz, o investimento efetivamente foi de 55%, nos últimos 3 anos a média do investimento deem as voltas que derem, aquisições de bens de capital, não ultrapassou os 55%. Este ano foi o melhor dos 3, mas foi 55%. E não vale pena darmos muito mais voltas em relação a isto. É querer, desculpem, mas é querer enganar as pessoas. Assumamos as nossas responsabilidades, as dificuldades que tivemos e certamente os cidadãos perceberão muito melhor. Agora, com subterfúgios, não. Não vale a pena, porque há sempre alguém que vê os números.”

### 6.2.2.12 – O Senhor Deputado Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nesta análise sobre os Relatórios e Contas gostávamos de trazer aqui uma questão acerca dos SMAS. Antes de mais, saudar a transição para o normativo SNCAP, finalmente 12 anos depois do setor privado o setor público chegou ao mesmo sistema de normalização contabilística. Traz outra transparência, traz outro rigor, traz também outro nível de informação, esperemos que seja nas finanças públicas um passo em frente.

Relativamente à questão dos SMAS, o problema que aqui trazemos é um problema que tem sido recorrente, sabemos que não tem sido fácil de ultrapassar, tem a ver com as contas a receber, o Senhor Vereador mencionou o resultado líquido de 482.000.00€ (quatrocentos e oitenta e dois mil euros) que foi o resultado líquido deste ano, comparado com o de 446 milhares de euros que foi registado em 2019, no entanto nós verificamos uma situação que nos preocupa um pouco, tendo o rédito sido mantido, os rendimentos sido mantidos, na ordem dos 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros) acontece que o crédito a clientes, as contas a receber, aumentaram 1.200.000.00€ (um milhão e duzentos mil euros) para o mesmo nível de rendimentos. Isto conjugado com o facto de a informação da nota 9, em que não registo de imparidades nestes dois últimos 2 anos, em virtude da existência de problemas que são conhecidos no sistema de gestão de cobranças, isto levamos a crer que possam estar imparidades por reconhecer a um nível que nós não conseguimos estimar e que também os auditores não conseguiram estimar. Aliás, é uma reserva que consta das contas, na qual é referido pelos auditores, que não lhes foi dado o acesso de qualquer detalhe das contas a receber. Ainda que eu imagine as limitação que o sistema possa ter, através da questão dos saldos dinâmicos, já temos falado aqui noutras exercícios sobre isto, eu creio que haverá sempre a possibilidade de tirar do sistema um mapa de antiguidade de saldos que pelo menos permita aqui de alguma forma tentar despistar que nível de imparidades é que poderão estar em causa, e de que forma é que este saldo poderá estar afetado, porque estamos a falar de um saldo de clientes, cresceu de 3.4 para 4.6 de milhões de euros. Obviamente também nos levanta aqui a preocupação de como é que os SMAS gerem as suas cobranças num contexto deste sistema informático. Esta é uma questão que logicamente imagino que o Senhor Vereador provavelmente não tenha possibilidade de



JK

responder, em toda a extensão que seria possível, seria importante por exemplo, ter aqui o auditor que fez o trabalho, que é aliás, uma tendência, ainda há pouco tempo numa Conferência da Associação Nacional de Assembleias Municipais, que foi promovida pelo Centro de Valorização de Eleitos Locais, foi exatamente sugerido que futuramente tal como se passa noutras entidades de interesse público, os Revisores de Contas possam estar nestas Sessões para esclarecerem situações como esta que eu creio que não poderá ser por si esclarecida da forma que nós gostaríamos. De qualquer forma registamos também o facto de, na nota 9 que referi, estar a ser mencionado que o sistema será alterado no final deste ano, portanto, é sistema obviamente crítico, gere 25.000.000.00€ (vinte e cinco milhões de euros) de receitas e é obviamente crítico que se retifique esta situação que se arrasta já há alguns anos, e depois também ainda em relação a isto, saber se, também para ter essa informação, nós sabemos que existe este saldo dependente de 4,6 milhões de euros de contas a receber, decorreram entretanto, 6 meses, também provavelmente não terá aqui essa informação mas saber destes 4,6 milhões que estavam por cobrar a 31 de dezembro de 2020, o que é que já foi e não foi cobrado. Portanto, isto é particularmente relevante porque estamos em 2 anos em que não são registadas imparidades e estamos em 2 anos que todos conhecemos o contexto da pandemia e as dificuldades que alguns utentes e clientes poderão ter no pagamento destas suas dívidas. Portanto, aquilo que nos traz aqui algum constrangimento é exatamente perceber até que nível é que as imparidades nas contas a receber dos SMAS, podem estar substancialmente subavaliadas.

Em termos gerais face ao ano anterior foram solucionadas algumas questões, nomeadamente as relacionadas com os ativos fixos tangíveis, que não estavam em firme e que este ano são retificadas e é uma menção que desaparece do Relatório, mas gostávamos então de ter algum tipo de esclarecimento em relação a estas imparidades e reforçar a urgência que este problema fique resolvido de uma vez por todas, quer pela questão da gestão de cobranças, quer pelos valores envolvidos. São 25.000.000.00€ (vinte cinco milhões de euros) anuais, portanto, é fundamental.”

**6.2.2.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar responder às questões colocadas.

Relativamente às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda, basicamente é uma questão de continuidade, votaram contra e continuam a votar contra, embora, eu volto a dizer, mesmo assim Almada está numa situação muito confortável num ano tão difícil. Portanto, eu tenderia a achar que era algo que nos deveríamos regozijar todos, os apoios continuaram, estamos, estamos confortáveis, era uma situação que não tínhamos no final de 2017, embora importa lembrar o que é que foram os resultados de 2017, 2016 e 2015 da Câmara Municipal de Almada. Os resultados negativos operacionais gravíssimos, e, portanto, graças à gestão que temos feito desde 2018 a 2019, podemos enfrentar esta pandemia investindo, lançando projetos e, portanto, isso é algo para nós de muito positivo. E olhar apesar de tudo para o futuro com esperança.

Relativamente às considerações do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu tenho cada vez mais dificuldades, eu já percebi que o Senhor Deputado Municipal tem dificuldade em perceber o novo sistema contabilístico que é muito mais transparente, aliás, todas as ações, todos os encargos, todas as despesas estão claramente muito mais identificadas, como disse o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, em boa hora o serviço público também, mas eu entendo que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço já não esteja muito habituado a este sistema e, portanto quer tenha alguma dificuldade em ler o que lá está.

Agora, o que eu já não entendo, e não aceito, é o tom, permanente que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço toma e aliás, as afirmações que faz, como se nós estivéssemos aqui a encapotar e volto lembrar como deve imaginar, não somos nós Vereadores que fazemos estes Relatórios de Contas, não manipulamos, não exigimos e, portanto, até pelo respeito que os serviços financeiros desta Câmara Municipal merecem, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu acho que ao fim de 4 anos já está na altura de se retratar e começar a tratar de outra maneira e com mais respeito estes Relatórios de Contas que apresentamos. Tanto mais, que eu vou passar a ler algo que está no Relatório e Contas. Portanto, quando se fala em encapotar ou disfarçar ou



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

tentar eu vou ler textualmente. “As despesas de Capital em 2020 ascendem a 39,3 milhões de euros, que traduzem um crescimento significativo de 117/% relativamente a 2019”. Mais, “crescimento” e agora é aqui que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço acha que nós estamos a encapotar, “que se ficou a dever ao aumento significativo dos ativos financeiros por força da aplicação financeira realizada no montante de 20 milhões, que visou financiar investimentos em anos seguintes”. Isto é o que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço chama que é um executivo a encapotar contas. Portanto, já percebemos o que é que significa a transparência para a CDU, é não poder ser claro.

Relativamente às questões do investimento, eu também vou responder à Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, porque eu relativamente à CDU a partir do momento em que eu ouvi ontem, em que a CDU acha que é um luxo e que é má gestão criar passadeiras e imagine-se, escândalos passadeiras com medidas que garantem a acessibilidades de todos, nomeadamente de cegos, acha que é um luxo, que é um disparate, uma coisa horrorosa, eu vou deixar de discutir o investimento com a CDU. Mas, tenho toda a honra, não mesmo a mesma noção do que é importante em relação ao investimento e é essencial. Acho extraordinário dizer que o Município não investe, o executivo não investiu, não sei, eu acho que andando pelo território, se há coisa que se vê é o investimento. Mas eu sei que a CDU tem dificuldade em ver para além daquilo que lhes permitem ver. Mas, pronto, eu acho que os almadenses veem, vão à Costa da Caparica, vão ao Laranjeiro, vão à Trafaria, vão a Almada, vão à Charneca de Caparica, e veem obra. Só a CDU é que acha que não há investimento.

Dito isto, e para que não haja dúvidas, relativamente à transferência, isto não é um truque, é uma opção deliberada. Nós consideramos e já foi aqui dito, que as transferências que estão contratualizadas, protocoladas, devem ser feitas no final do ano e antes do ano seguinte. Porquê? Já que fala da Companhia de Teatro de Almada, eu gostava de saber qual é que era a lógica da CDU, de que tem um protocolo, que tem um compromisso e decidir pagar as tranches em abril e maio? Porquê? E porque é que deixava a Companhia no sufoco nos primeiros 3 meses do ano? Porquê? Ou seja, temos um compromisso, podemos fazê-lo, pagamos em dezembro e em janeiro a Companhia inicia com o seu orçamento. É algo normal, é algo que se chama boa gestão e para a Câmara Municipal e para a Companhia de Teatro. A prova que ainda por cima é completamente falacioso este argumento, é que imagine-se as transferências em relação a 2019, foi 1.531.524.00€ (um milhão quinhentos e trinta e um mil e quinhentos e vinte e quatro euros), em 2020, 1.591.954.00€ (um milhão quinhentos e noventa e um mil e novecentos e cinquenta e quatro euros). Portanto, mais uma vez, não houve truque nenhum, não houve artimanha nenhuma, para falsificar ou garantir a execução, isto é só na sua cabeça e é muito desagradável, e cansativo continuar e sobretudo desrespeitoso e injusto para os serviços que com todo o rigor fazem este trabalho.

Portanto, sinceramente não tenho paciência.

Dito isto, retirando os 20 milhões tal como já estava dito, o investimento ficou em 19.347.437.00€ (dezanove milhões trezentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e trinta e sete euros). É fácil de ver. E agora vamos ver, vamos ver quanto é que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço estava a falar, que no melhor ano da CDU chegaram aos 17 milhões. Pois é, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, se nós retirarmos os vinte milhões de que falam, que é para falsificar, mesmo assim, ficamos acima do tal ano que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço diz que não sabemos bem quando é que foi. Mas há outra coisa, é que neste investimento, não estão calculados os arranjos das viaturas como os senhores faziam, isso é outra das coisas. É porque agora nós também podemos ver exatamente o que é que é colocar no investimento e uma coisa lhe garanto, a reparação e a manutenção da frota não está lá. Porque os truques financeiros, Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu desafio qualquer um a ir ver quem é que fazia truques financeiros. Portanto, é clarinho como água. E já que acusa, cuidado quando se atiram pedras e se tem telhados de vidro. É só o que lhe digo.

Porque é que a execução mesmo assim continua a ser a maior que Almada já teve, em 2020, sim, houve algumas matérias que, em primeiro lugar Senhora Deputada Municipal Maia Luís Albuquerque, não. Não há nenhum constrangimento interno a não ser aquele que tivemos, todos os serviços que é, houve constrangimentos sim, de equipas reduzidas, em teletrabalho, nalguns casos pessoas em isolamento, tivemos serviços muito sobrecarregados, houve de facto uma organização interna em todos os serviços muitos difícil. Isso é verdade.



Por outro lado, tivemos a dificuldade em execução de obra, porque também as empreitadas, um dia aparecia um trabalhador infetado, era a empreitada toda que parava, foi um problema que todos os Municípios viveram, é verdade, por outro lado, concursos que ficaram vazios numa grande incerteza e, portanto, são obras que transitaram para este ano, houve muitas situações, mas mesmo assim, mesmo assim continuamos com o maior investimento de Almada.

Relativamente ao estudo da policia municipal, será lançado para a semana ou depois, está a ser lançado. É verdade que a certa altura, também reconhecemos o atraso no lançamento, mas vai ser lançado também.

Agora, a questão da WEMOB. Os resultados negativos da WEMOB. De facto, há a questão das isenções, mas também houve o problema como eu disse que eram investimentos que eram para serem lançados, que eram para ter um efeito e que também pararam. E aliás, como se lembram, a Câmara Municipal teve que assumir alguns investimentos, inclusivamente nas praias, nos parques, por exemplo, inclusivamente a Praia do Rei que sempre teve cancela e deixou de ter cancela. Portanto, só aí, só na praia do Rei, foi uma perda imensa. E aqui também respondo à Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa, eu fiz as contas, estive a ver e estamos a falar de 6 mil euros de diferença, portanto, o excedente, o que é a mais, porque é que aumentou de 2019 a 2020, eu vi que a diferença são 6.000.00€ (seis mil euros). Sei que houve um encargo suplementar com a saída da anterior Administração e só o Presidente como sabe é que recebe, o outro não lhe sei dar o detalhe, poderei pedir, sei que há, houve uma participação a uma certa altura de uma feira de mobilidade, não lhe sei dar o detalhe, logo no início de 2020, e depois parou naturalmente. Acho que para a aquisição de um dos Flexibus, quando foi a compra dos Flexibus e, portanto, havia uma série de investimentos que estavam previstos e que ainda se conseguiu adquirir uma das viaturas e a outra ficou sem se poder adquirir. Portanto, Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa, confesso que perante o resultado negativo da WEMOB e que mesmo assim respiramos um bocadinho de alívio relativamente aquilo que podia ser e que é bastante mais, como sabe, do que 6.000.00€ (seis mil euros) se é essa a questão que a faz votar contra, não sei pergunto se não poderá reponderar.

Relativamente à AGENEAL. Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque, nós não escondemos que a AGENEAL é um verdadeiro problema e nós temo-lo dito com todas as palavras e o Senhor Vereador Nuno Matias também conhece bem o problema, até porque a AGENEAL trabalha essencialmente com os serviços do Senhor Vereador Nuno Matias. E mesmo na questão da dívida, a dita dívida, é natural que o Relatório da AGENEAL considere que há dívida. Mas não há. É procedimento na Câmara Municipal que corresponde à dívida. Porquê? Porque tivemos um parecer da Servulo Correia, tivemos um parecer da CCDR e tivemos agora um terceiro parecer da Ernest Young e temos um problema estrutural na estrutura jurídica da AGENEAL que faz com que a Câmara Municipal que é o maior acionista da AGENEAL, a Câmara Municipal e a seguir aos SMAS, não pode para além de ser o maior acionista, e para além de ser o maior financiador e o único, porque nenhum outro associado paga quotas, e uma das coisas que mesmo do ponto de vista da AGENEAL estamos a ver, é a possibilidade de os outros parceiros pagarem quotas, nós temos de tal maneira uma posição dominante que não podemos para além disso estar a financiar um serviço que ainda por cima do qual somos praticamente o único cliente. Eu penso que a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque conhece isso bem, aliás, isto é uma legislação penso que de 2015 ou antes e que tinha justamente a ver com as empresas municipais. E, portanto, como tal, dir-me-á, pela Lei a Câmara Municipal deveria sair e pronto. Não pode é financiar para além disso. Agora, nós reconhecemos a importância do trabalho, eu tinha esperança, andamos a ver a legislação específica para as Agências de Energia, não há. Não existe essa legislação específica. Portanto, isso já foi falado com os associados da AGENEAL, é obrigatório que a AGENEAL possa arranjar rendimentos outros, porque a posição dominante, absolutamente dominante da Câmara Municipal e logo a seguir dos SMAS, não permite a Câmara Municipal estar para além disso a financiar a AGENEAL. E, portanto, o que a CCDR nos permitiu, é fazer contratações com base no CCP. E é isso que temos feito. O nó está nisto. É a tentativa de salvaguarda absolutamente o capital humano e de saber da AGENEAL, e a necessidade de transformar mais uma vez, não era 2020 com tudo o que nós estávamos a viver, talvez não fosse a melhor altura para o fazer. A realidade é esta mesmo. Mas eu estou de acordo, a legislação já devia ter sido, estamos todos de acordo Senhora Deputada Municipal, estamos todos de acordo. É verdade. É verdade que, a legislação tem 7 anos, que isto já deveria ter acontecido, que provavelmente logo no início do mandato não nos apercebemos tão depressa como deveríamos, da necessidade



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de adaptação e quando iniciamos o processo de adaptação foi no final de 2019. Quando iniciamos o processo de adaptação para a passagem já em 2020 e depois foi a 2020 e, portanto, estamos todos claramente a entender, é preciso arranjar uma solução e é tanto a Câmara Municipal como, depois o Senhor Vereador Nuno Matias, se quiser acrescentar mais alguma coisa, mas tanto a Câmara Municipal como a própria AGENEAL, está empenhada em encontrar outras soluções de financiamento e uma solução duradoura e estável para a Agência.”

### 6.2.2.14 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo a algumas questões que a Senhora Presidente da Câmara Municipal aqui colocou a propósito da antecipação da transferência dos montantes do protocolo com a Companhia de Teatro de Almada e com o Teatro Extremo. Isto é muito interessante, é que nos anos anteriores isto não aconteceu. E depois, também é muito interessante, nos anos anteriores isso não foi feito, para além de que, é natural que aquilo que é aprovado para um ano não seja pago no ano anterior. Eu acho que isto é natural. E se o é, isso deve ser referido, no sentido de dizer, a Câmara Municipal sabe isso, a Assembleia Municipal sabe isso. O que aconteceu em dezembro como lhes disse, cerca de 700.000.00€ (setecentos mil euros) foram pagos do ano seguinte. Não faziam parte do orçamento de 2020, são do ano seguinte, e nos anos anteriores isso não foi feito. E mais, uma verba com esta importância, não aparece no Relatório e Contas. Por acaso na análise que fiz, estranhei, e pensei, afinal o que é que aconteceu para que a Senhora Presidente da Câmara tivesse aumentado tanto o apoio à Companhia de Teatro de Almada? E ao Teatro Extremo? Estou a ver mal o filme? Porque como tenho a série toda dos últimos anos, dei-me ao trabalho de fazer isso e vi aumentar muito a transferência para aquelas duas instituições. E obviamente tentei saber, e então foi-me dito: Não! Isso foi uma antecipação. Pergunta-se porque é que isto não vem no Relatório e Contas? Não é informação importante? 700.000.00€ (setecentos mil euros). Eu não estou a dizer que isto é errado, nada disso. O que eu estou a dizer é que nós devemos tomar conhecimento disso. Eu até concordo que se possa fazer isso, se é possível tudo bem. Mas nós não temos que saber? Depois vem-se aqui dizer, o nosso orçamento, a nossa execução. O tal número da execução que eu referi, que é um número bastante mais baixo, ainda é inferior a estes valores. Portanto, isto de transparente não tem nada. A Senhora Presidente não gosta que eu diga isto, mas é verdade. O mesmo digo em relação às despesas em torno da pandemia. Senhora Presidente, não custa nada, eu não estou a dizer que estão a querer, não. Estão ali aqueles montantes gastos, digam em que é que os gastaram. Eu posso dizer, recebi uma máscara em casa, provavelmente a maioria dos munícipes receberam uma ou mais do que uma, mas isso não esgotam há muita coisa onde se gastou o dinheiro certamente. Eu não estou a dizer que não se gastou, estou a dizer que deve estar nos documentos, nós devemos ver, não tem problema nenhum. Afinal somos eleitos para quê? Para aprovar de cruz? Não pode ser.

Depois em relação à questão da página 28 sobre as despesas de capital. É verdade que o técnico fez isto, aliás, lendo o relatório não é apenas aqui, é na página 28, e penso que na página 32 salvo erro, o técnico faz isto, ele próprio sente a necessidade de desvalorizar estes aumentos e diz assim: “isto aumentou assim, mas atenção, há aqui uma aplicação financeira de 20 milhões de euros”. Mas o que o executivo agarra é, atenção, as despesas de capital aumentaram desta forma, o Bus. A reserva que ali surge e que claramente é entendível, toda a gente percebe, aliás, a própria Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque pôs aqui a questão do investimento. O investimento foi exatamente isso 55% daquilo que foi orçamentado, e foi como eu digo, o melhor dos 3 anos, os outros foi 51%, 52% e este 55%. Nada daquilo que aqui é dito. É bom que nos respeitamos todos uns aos outros e que não andemos a apresentar como feito aquilo que não fizemos. Transparência, transparência, transparência Senhora Presidente, por muito que lhe custe é nosso dever, quer nosso quer dos Deputados de outras bancadas, exigirmos isto. E acho que quem está por bem nesta matéria, não tem problema nenhum. Não tem problema nenhum. Era isto que nós gostaríamos que acontecesse.”

### 6.2.2.15 – A Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

Senhora Presidente, colocou-me a questão se 6.000.00€ (seis mil euros) seriam impeditivos ou seria um elemento essencial para não votar contra o documento em questão. Eu relembro somente que, o valor orçamentado são de 65.054.00€ (sessenta e cinco mil e cinquenta e quatro euros) e o valor executado são 75.607.00€ (setenta e cinco mil e seiscentos e sete euros). Portanto, uma diferença superior a 10.500.00€ (dez mil e quinhentos euros). Mas aqui o problema não tem a ver com o valor, é uma questão de princípio. Num ano em que a empresa dá um resultado líquido da magnitude que deu, embora expectável, haver um aumento desta ordem de razão, nos órgãos sociais, nunca poderia ter o meu voto favorável.”

### 6.2.2.16 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Artur Alfama, tivemos hoje uma Sessão da Assembleia Municipal que já vai longa, mas se fosse só pela sua intervenção já tinha valido a pena, digo-lhe isto abertamente, de uma forma muito frontal. Aquilo que aqui nos trouxe, aquilo que aqui nos disse, aliás, obviamente é uma pessoa que sabe e sabe muito desse assunto, é exatamente muitas dessas situações e dificuldades que temos vindo a analisar, temos constantemente com os serviços visto. Aliás, referiu uma série de pormenores técnicos que ainda há dias numa reunião com os ROC estivemos a ver, temos aí umas situações planeadas que têm também a ver com SAP ISU, até porque tivemos problemas na empresa que nos faz o acompanhamento do programa. São vários fatores, muitos deles que o Senhor Deputado Municipal referiu e bem. Muitas dessas preocupações que tem são totalmente legítimas porque também são as nossas e são as dos serviços, mesmo essa questão da gestão da dívida como sabe também estamos sem fazer cortes, tem havido um acumular de dívida, receita essa que não é só dos SMAS, também é da Câmara Municipal como sabe, e há aí uma série de situações que nós estamos a ver porque até poderemos mesmo que mudar o programa. Aliás, já estamos a ver uma alternativa no mercado que também tem a ver com outras entidades gestoras, mas é uma conversa que nós temos mesmo que ter pessoalmente, porque também gostaríamos de ter esses contributos, até mesmo numa conversa mais técnica, porque há aí várias situações que referiu e muitas delas estão aqui neste relatório que é realmente uma preocupação nossa, e temos que ver a melhor forma de as poder resolver, são questões muito técnicas, mas que tanto os nossos auditores como os serviços têm tido aí uma preocupação muito grande e acredite que temos tido várias horas de debate e agradeço-lhe imenso até pela sua intervenção que foi muito boa.”

### 6.2.2.16 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós já assistimos por diversas vezes a este debate, no fundo ao longo destes 4 anos que é quase a tentativa de que nos seja provada, a nós e aos almadenses, que o que aconteceu em 2017 foi um engano e que o regresso ao passado é algo que nós devíamos ambicionar. Já todos conhecemos essa narrativa, já todos tivemos esta discussão. Portanto, aquilo que nos importa neste momento focar, até porque estamos próximos do fim do mandato, esta é a última reunião de prestação de contas como a Senhora Presidente referiu e muito bem, é também aquilo que se conseguiu fazer, aquilo que ainda não se conseguiu fazer e será feito nos próximos anos em Almada, e os passos que se conseguiram dar depois de em 2017, as eleições essa autêntica revolução que tivemos em outubro de 2017, as eleições que nos trouxeram uma nova esperança, uma nova frescura, uma nova visão e até uma nova forma de fazer política no Concelho de Almada. Porque de facto, ao cabo de 40 anos, os almadenses escolheram mudar. E é legítimo e a partir desse momento, a nossa responsabilidade, nossa dos eleitos na Assembleia Municipal, nossa dos eleitos do executivo, é também de demonstrar o que é que ao longo destes 4 anos foi possível fazer, e a forma como foi possível iniciar algumas transformações que se sentem, que se veem e que nos podem deixar a todos nós, todos os almadenses, um horizonte que é de esperança.

Desce logo, por exemplo, no apoio às famílias, ao longo destes últimos 4 anos, este executivo reduziu o IRS que as famílias almadenses pagam neste Concelho em 1,5% sempre com o voto contra da CDU, com o voto contra do PCP e ainda assim, tivemos a ambição, este executivo, esta Assembleia Municipal, baixar o IRS de ajudar as famílias, de apoiar, de fazer com que as boas contas deste Município apoiassem as famílias. Em tempo de pandemia, quando só posso imaginar o que é ter que governar, ter a responsabilidade de governar e atender



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

às mais básicas necessidades das populações, quando todos nós e quando digo todos é mesmo o mundo todo, enfrentou a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, a Câmara Municipal de Almada teve uma resposta à altura à COVID-19, às suas consequências, a esta crise que ainda não passou, e conseguiu muitas vezes contra até os esforços que iam sendo feitos pelos partidos na oposição, conseguiu ir impondo uma tónica de responsabilidade e de não agravamento das condições que a pandemia nos trazia, com o reforço dos recursos humanos que estavam ao serviço da Câmara Municipal, com o reforço das refeições que foram dadas aos alunos carenciados, com o apoio extraordinário às associações e às coletividades, com o Plano Almada Solidária, com distribuição de máscaras, com o espaço que foi aberto para os sem abrigo aqui neste espaço, que até foi visitado aquando do centenário do Liberdade pelo Senhor Presidente da República e pela Senhora Presidente de Câmara Inês de Medeiros.

Portanto, na resposta à COVID-19 a Câmara Municipal de Almada está absolutamente de parabéns. Mas também na resposta à COVID-19, junto dos comerciantes. Nós temos neste momento o Plano Dinamizar que está a decorrer, e que pretende apoiar todos aqueles que são comerciantes, que têm o seu negócio, que viram as suas vidas afetadas ao longo deste último ano e que têm da parte da Câmara Municipal um apoio para que os seus negócios não fechem e para que os seus sonhos não sejam despedaçados.

No que toca à habitação ou à ação social, este executivo municipal foi capaz de lançar a Estratégia Municipal de Habitação que a Senhora Vereadora Teodolinda também já fez referencia por diversas vezes; temos o Plano Almada Poente que vai trazer 3500 novas habitações para almadenses que precisam de casa; tivemos a aprovação do regulamento das AUGI que nos vai permitir finalmente resolver os problemas de milhares de pessoas que durante mais de 40 anos não viram as suas soluções de habitação resolvidas e têm visto sucessivamente um dos seus mais básicos direitos serem absolutamente negado, as suas vidas a serem adiadas; tivemos uma unidade móvel de saúde que neste momento está a funcionar e ainda na questão da resposta à COVID-19, mas também na relação com o Município porque algumas das coisa que foram feitas no início deste mandato, nós podemos já não nos lembrar, mas são importantes e são importantes no nosso dia a dia na relação que temos com o Município, a inauguração dos 5 Espaços do Cidadão um em cada Freguesia, a requalificação do espaços de atendimento na Avenida Dom Nuno Alvares Pereira, a forma como este executivo foi capaz no ponto de vista da inovação, de lançar projetos que vão revolucionar o nosso Concelho, O Almada Innovation District que vai revolucionar e que vai trazer uma nova centralidade ao Monte de Caparica ao Porto brandão, aquela região que ao longo de décadas foi esquecida, a criação do Instituto de Artes e Tecnologia no Presidio da Trafaria, porque respeitar a memória dos nossos imoveis e destes locais, é também saber lhes dar um futuro, e isso não foi possível lhes ser dado, não houve vontade, não houve capacidade de o fazer durante décadas, este executivo em conjunto com a Universidade Nova de Lisboa, foi capaz também de o fazer.

No que toca à juventude, ao desporto, temos um Orçamento Participativo Jovem aprovado contra a vontade da oposição, contra a vontade do PCP, contra a vontade da CDU; temos hoje um Conselho Municipal da Juventude em pleno funcionamento em Almada a Lei cumpre-se, a Lei cumpre-se em Almada finalmente. Tivemos o Almada Extreme Sprint, o Festival Red One, tivemos a ampliação da Escola Carlos Gargaté, como é que era possível que a Freguesia da Charneca de Caparica uma das Freguesias da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, uma das Freguesias com maior crescimento populacional do nosso Distrito, como é que é possível que uma Freguesia como a Charneca de Caparica e Sobreda não tenham a oferta do Ensino Secundário que devia ter e como é que é possível que durante décadas a Câmara Municipal de Almada se tenha limitado a fazer pura e simplesmente a reivindicar, reivindicar e não apresentar uma solução à semelhança daquilo que aliás, os Municípios do PCP e da CDU fazem por todo o Distrito. Quando no início dos mandatos autárquicos em 2017, foi proposto aos diversos executivos que comparticipassem metade da construção das escolas em cada um dos Distritos, a resposta que foi sendo dada um pouco por todo o país, um pouco por todos o Distrito nas Câmaras Municipais que eram do PCP, é que essa não era uma responsabilidade sua. O Partido Socialista hoje tem uma visão diferente, a visão de que os eleitos locais tal como o Governo têm que ajudar as populações e têm que fazer tudo o que estiver ao seu alcance para resolver os seus problemas.

O mesmo se passou no protocolo de remoção de amianto, em que a Câmara Municipal de Almada e muito bem, assinou este protocolo e em Almada nós vamos poder deixar de ter amianto nas escolas, as crianças de outros



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

Municípios, governados por outros partidos, sofrerão do sectarismo das forças políticas que os governam, que optam por, apenas por guerrilha ideológica atrasar estes processos e dificultar estes processos, não foi essa a forma como o fizemos em Almada, não é isso que está a ser feito. Em Almada a comunidade escolar, os jovens as crianças, vão poder andar em escolas secundárias, em escolas básicas que não têm amianto.

Mas Senhor Presidente, não há problema, ao longo destes 4 anos nós assistimos também constantemente a este tipo de comportamentos. Aliás, ao longo de décadas nós fomos assistindo a este tipo de comportamentos, em Almada sempre, sempre que alguém ousava dizer alguma coisa que ia sendo contra aquilo que era os poderes maioritários, a resposta era sempre de gritaria, de vozeria e tentativa de silenciamento. Isso acabou em Almada, hoje há liberdade democrática e aliás, nós vemos nesta Assembleia Municipal, de quem vem os reiterados comportamentos que tentam silenciar e dificultar os discursos que são feitos pelos outros partidos. Portanto, Senhor Presidente, não daí nenhum problema, a nós não nos calarão por muito que gritem não nos calarão e terão que nos ouvir não só agora até final do mandato, nos próximos anos por muito que lhes doa.

Na qualificação do território, o Jardim da Cova da Piedade que tem hoje uma nova vida, a Estrada Nacional ex 377, em que nós o que vamos assistindo foi durante meses a tentativa de instrumentalização das populações, a tentar levantar medos.

Permita-me na moralização dos apoios ao Movimento Associativo, hoje em Almada sabe-se exatamente quais são os critérios com que as associações, com que as coletividades, com que os clubes são apoiados, isso é também uma vantagem, porque a democracia só é cumprida se houver transparência, se houver critérios, que sejam perceptíveis por todos e que os apoios não sejam dados apenas de forma casuística ao sabor do momento.

Mas Senhor Presidente, como dizia, na requalificação do território, a Estrada Nacional ex 377, com muito ruído que foi sendo criado, e tentando capitalizar alguns medos que são legítimos nas populações, porque como é obvio, todos nós sabemos que o risco não está imune às questões do enterramento ou à existência de Linhas de Muito Alta Tensão que hoje em dia já existem, só não estão é enterradas, mas todo esse ruído foi sendo feito também com a tentativa de tentar minimizar aquela que é uma obra profundamente estruturante, que é a obra que vai trazer dignidade ao Centro da Charneca de Caparica e que vai permitir que os habitantes da Charneca de Caparica que ao longo de décadas foram esquecidos, que possam ter acessos que sejam condizentes com a sua condição de Municípios que não são nem de primeira nem de segunda, são Municípios como todos os outros e que têm os mesmos direitos que os outros Municípios do Concelho.

Da mesma forma que a Estrada Florestal da Costa da Caparica, que liga às praias, que liga à Fonte da Telha vai ser alvo de reabilitação, que o Largo de Cacilhas está a ser reabilitado, que o Campo Soares dos Reis no Laranjeiro depois de anos de abandono, foi reabilitado que a Avenida da Trafaria, a Trafaria que ao longo de décadas e nós sentimos isso hoje na população, foi esquecida, era tida como um território que não era merecedor da atenção do Município, a Avenida da Liberdade que está a ser ou que foi requalificada, a ampliação do Parque da Paz, o Parque Atlântico na Costa da Caparica, a Praça da Portela no Laranjeiro, são tudo exemplos de obras entre a requalificação do território no qual este executivo se empenhou, os 11 Vereadores tenho a certeza, mas com o rosto da Senhora Presidente de Câmara como é obvio, que lidera toda esta equipa.

E há uma obra profundamente emblemática, a rua Capitão Leitão, que é talvez a artéria mais histórica da Freguesia de Almada, e que simboliza bem aquilo que é o espírito de devolver as mais importantes artérias do Concelho aos almadenses, que em breve vai ser aberta ao público e que vai permitir que os almadenses possam usufruir deste espaço e que possam ali fazer as suas vidas, que os comerciantes possam ter os seus negócios, naquilo que é verdadeiramente uma mudança ansiada e que todos os almadenses esperavam depois de anos e anos de marasmo.

Portanto, foi possível iniciar esta transformação e nesta que é a última Prestação de Contas do mandato, aquilo que temos a dizer Senhor Presidente, é que este é apenas o fim do principio, esta transformação não se para, Almada conta com esta transformação e Almada conta também com o empenho, com a tenacidade, com a perseverança da Senhora Presidente de Câmara Inês de Medeiros para continuar a fazer o trabalho que tem vindo a fazer até aqui."



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 6.2.2.17 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que tanta obra, tanta obra, com tão pouco investimento, isto é um milagre. Isto é um milagre. Só o Partido Socialista faria uma coisa destas. Olhamos para os números, investiram metade daquilo que orçamentaram, ouvimos o Senhor Deputado Municipal, isto é, um role que eu acho que assim é muito difícil alguém conseguir fazer melhor. Mas, referiu aqui uma questão e é isso que me leva a intervir fundamentalmente. É a intervenção na Estrada Nacional 377. Um Município hoje trouxe cá a questão, várias vezes nós levantamos essa questão, aquela intervenção é uma intervenção muito complicada que foi aprovada por este executivo. Atenção, o Estudo de Impacte Ambiental que foi aprovado, o espaço canal não apanha a 377, dizer que o Estudo de Impacte Ambiental está feito, pois está, está feito, mas era para a A33, não para ali, e aquela intervenção é uma intervenção muito perigosa. Para além de aquilo que nós aqui dissemos várias vezes. É obvio que este executivo não tinha capacidade para executar aquela sua grande promessa da intervenção na 377. Não tinha capacidade. E pôs-se a jeito junto da REN, para que a REN à troca das facilidades que lhe foram dadas, e que hipotecam aquela via para todo o sempre, hipotecam aquela via para todo o sempre. Eu acho que as pessoas nem percebam que têm uma rede de muito alta tensão no eixo principal da Charneca, diz o Senhor Presidente que sim com a cabeça, muito bem Senhor Presidente, cá estaremos para analisar isto. Aquela via, qualquer intervenção que se tenha que fazer no futuro ali, é fortemente condicionada, o metro que o Partido Socialista dizia que levava à Charneca de Caparica, eu quero ver para onde é que ele vai, deve ir por ar. Portanto, aquela intervenção é uma intervenção muito complicada que está a ser feita prejudicando a vida a milhares de pessoas, entrar hoje na Charneca de Caparica é andar por azinhagas atrás de azinhagas, é uma loucura. É uma loucura completa. E depois como eu digo estão tão à vontade nesta matéria, e Câmara Municipal está tão à vontade nesta matéria, que em lado nenhum se vê junto à obra, a participação da Câmara Municipal nela. Nem nada, a gente pergunta-se: há fiscalização da Câmara Municipal? Onde é que está isso? Nada, literalmente nada. Uma obra desta envergadura. É invocado passar junto a uma bomba de combustível para não passar na A33, na 377, então onde é que passa? Onde é que passa? Isto é uma coisa inacreditável. Por vezes parece que somos nós que estamos a lutar contra moinhos de vento, mas aquilo é de uma gravidade extrema Senhores/as Deputados/as Municipais. E não podemos estarmos insensíveis a isso e ouvir um Senhor Deputado Municipal dizer aquilo que diz da forma mais leviana.”

### 6.2.2.18 – O Senhor Vice-presidente João Couvaneiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É para responder aquilo que aqui foi feito, que é um exercício absolutamente irresponsável de manipulação das populações, de tentativa de amedrontamento face a soluções que estão absolutamente comprovadas, sobre as quais há estudos e eu pergunto aos Senhores Deputados Municipais da CDU, qual é o cabo de alta tensão que passa por exemplo, dentro da Cidade de Lisboa? Por cima ou qual é o cabo que está enterrado nesse contexto? E, portanto, quero absolutamente dizer, que aquilo que aqui é feito, é absolutamente vergonhoso, porque é assustar as populações, com demagogia política, que não é aceitável para pessoas que entendem que a política deve ser feita com elevação.

Depois, dizer que a Charneca de Caparica está pior hoje, é falso. É falso e é só possível de ser dito por quem não vai lá, à Charneca de Caparica. Porque quem vai à Charneca de Caparica, quem circula na Charneca de Caparica, estando a obra ainda a meio, torna-se absolutamente evidente aquilo que é a qualidade da intervenção e a forma como hoje aquelas ruas e aquela artéria absolutamente principal da Charneca de Caparica, que serve uma Freguesia que tem 50.000.00 mil habitantes, hoje tem dignidade. Até aqui não tinha passeios, não estava estruturada por exemplo, para que pudessem parar os autocarros, não tinha condições para que houvesse estacionamento em condições e hoje já se começa a ver e eu convido se quiser um dia, pago-lhe um café, vamos à zona por exemplo onde está a Escola Carlos Gargaté, onde a rotunda já está feita, uma rotunda que garante as acessibilidades, porque o Senhor Deputado Municipal José Lourenço, provavelmente visitou outra Charneca de Caparica qualquer, não visitou a Charneca de Caparica onde as condições hoje são manifestamente diferentes do que aquelas que os Senhores infelizmente deixaram, e às quais condenaram aquilo que são os habitantes da



Charneca de Caparica durante décadas neste Município. Deixaram aquela Freguesia crescer de uma forma absolutamente caótica, caótica, sem ter cuidado com a garantia daquilo que são os arruamentos e a dignidade que as pessoas que lá vivem precisam de ter e a segurança que merecem. E aquilo que hoje é dada à Charneca de Caparica, são condições de normalidade, de uma Freguesia que merecia estar no século XXI como já está.”

**6.2.2.19 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Vereador João Couvaneiro, fez uma intervenção na linha daquela que fez na reunião de Câmara, ele está noutro mundo. Ele está noutro mundo.

O que está em causa em relação à Charneca de Caparica, e é bom que se diga à população, é que o projeto que estava aprovado e que ia ser intervencionado, era um projeto que esse sim, requalificava a Estrada Nacional 377. Ninguém tem dúvidas de que aquilo que lá está agora, é melhor do que aquilo que lá estava. Mas aquilo que lá está agora, fica muito longo Senhor Vereador, muito longe daquilo que deveria ser. Uma vez mais, vamos ter uma via sem ciclovias, uma via que continua a ter os postes de eletricidade, das telecomunicações, porque era muito caro enterrar aquilo. Era muito caro. O projeto que estava feito e que deviam ter levado à prática, existe dinheiro na Câmara Municipal, muito dinheiro na Câmara, para fazer uma intervenção como a Charneca merece e atenção Senhor Vereador, eu moro na Charneca de Caparica. Eu conheço muito bem a Charneca de Caparica, tive responsabilidades e conheço muito bem a Charneca de Caparica. Portanto, a intervenção que está a ser feita, na 377 é obvio que é melhor do que aquilo que lá está. O que é que é errado na intervenção? Não se seguiu projeto que se devia ter seguido, portanto, é uma intervenção falhada neste ponto, estava um projeto de execução feito que esse sim qualificava a via. E aquilo que fizeram, foi acordar com REN, substituir uns passeios, fazer uma rega asfáltica, aproveitar uma calçada, que aliás, está no protocolo. O Senhor Vereador não leu o protocolo, se não leu o protocolo com a REN, se ler o Protocolo com a REN, tem 3 páginas em que a REN diz aquilo que faz e aquilo que não faz. E aquilo que está ali, é pura e simplesmente fazer aproveitar, aliás, a grande questão que se tem de colocar aqui, e francamente eu não tenho resposta para ela, duvido, mas não tenho resposta, é: o que é que leva a REN a aceitar fazer uma via, em que anda mais, com muito mais dificuldades, porque anda pelo meio da Charneca de Caparica, em vez de enterrar a rede de Muita Alta Tensão a longo da A33? Era mais rápido, era mais seguro, esta pergunta eu ainda não encontrei resposta para ela. Eu ainda não encontrei resposta para ela, mas gostava de ter. Porque é que a REN prefere isto? Porque é que a REN prefere usar umas vias municipais ao longo da A33 onde normalmente estas coisas acontecem ao longo das Autoestradas.

E também uma outra questão que aliás, foi isso que me levou a pedir a palavra. Senhor Vereador João Couvaneiro, em Lisboa, há é verdade, carga de muito alta tensão. Mas sabe que a rede de Muito Alta tensão que há em Lisboa são galerias, galerias onde andam pessoas de pé lá dentro. Galerias onde tudo está em segurança. O que tem ali, é qualquer coisa que eu diria que não dignifica pelo facto de ter permitido fazer isso, a Câmara Municipal de Almada. Esta Câmara Municipal de Almada. O que tem ali. Ainda para mais, eles fazem à sua vontade porque a própria Câmara Municipal neste processo não dá a cara. Não dá a cara. Isto é que é grava, mas digo como é evidente que o que lá estar é melhor do que o anterior. Mas não tem nada a ver. Não é por acaso que há pessoas que referem já a questão da ciclovia, onde é que está a ciclovia? Perdeu-se no meio do processo? Onde é que está o enterramento tudo aquilo que estava no projeto de execução? Que tinham, deixamo-lo na Câmara, tinham-no lá era só pegarem nele. Mas era muito caro. Era muito caro.

Dito isto, o dinheiro que está em caixa é caso para dizer: “Ora bolas”.”

**6.2.2.20 – O Senhor Vice-presidente João Couvaneiro:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria só dar nota que, de facto vivemos noutro mundo, e eu convido-o a vir para o meu mundo que é o mundo da modernidade, do século XXI, do mundo em que as pessoas vivem com condições de dignidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Quero dizer-lhe que, de facto, os projetos que nós estamos a fazer não são exatamente aqueles que os Senhores fizeram, ou que deixaram, porque terá a humildade de considerar que há outras formas de fazer as coisas e que provavelmente não existirá naquilo que fizeram no passado, um atestado de perfeição exclusiva. Aquilo que nós verificamos é que aquilo que nos deixaram e se o Senhor Deputado Municipal vive na Charneca de Caparica, eu sei que seguramente estará grato a este executivo, por ter hoje melhores condições para viver onde vive. Porque está num sítio que francamente hoje está melhor do que estava há 4 anos e por isso pode quando quiser agradecer ao atual executivo as condições que lhe proporcionamos e seguramente valorizamos o património que tem também Vossa Excelência.

Quero dizer-lhe que, relativamente às condições de circulação naquele espaço, elas hoje são de facto, melhores. E quero dizer-lhe também que o projeto que deixaram tinha limitações e uma das ambições que tinham de se colocar na A33, lamento, mas não era possível. E não era possível desde logo porque quem são os concessionários e as próprias Infraestruturas de Portugal não autorizavam. E, portanto, se não autorizavam nós podíamos continuar 14 anos a insistir numa solução que não era viável e as pessoas como Vossa Excelência que vivia num sítio que não tinha condições, iriam continuar a viver num sítio que não tinha condições. Preferimos deixar que os habitantes da Charneca de Caparica tenham hoje melhores condições no sítio onde vivem, melhores condições de circulação, de segurança, de dignidade, e de valorização de uma Freguesia, que é das maiores do país, que é um território que merece ter dignidade e que de facto, não tinha. Se diz que havia recursos para fazer melhor do que fizemos, esses recursos também existiam no tempo da CDU, se não o fizeram foi por opção deliberada e por isso lamentamos, mas como diz o povo e tem razão, mais vale quem faz do que quem pode. Seguramente os Senhores tinham um programa melhor, um programa perfeito, mas nós fizemos está feito, felizmente, e os habitantes da Charneca de Caparica saberão reconhecer isso.”

### 6.2.2.21 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu hoje não esperava intervir, mas em função daquilo que foi a intervenção do Senhor deputado Municipal José Lourenço, relativamente à ex 377, queria fazer aqui algumas considerações que me parecem importantes relativamente aquilo que disse.

Nós vamos fazer aqui uma reflexão de memória sobre o que foi a ex 377, e aquilo que é hoje.

Esta estrada foi desclassificada em 2001, passou de uma estrada nacional a estrada municipal. De 2001 a 2017, são 16 anos, a CDU em Almada nunca conseguiu encontrar uma solução de resolver um problema que era de uma estrada desclassificada, que era uma estrada nacional uma estrada ampla com um conjunto de problemas agarrados, nunca conseguiu durante estes 16 anos requalifica-la e transforma-la numa via urbana que era aquilo que tinha que ser feito. Colocou-se a questão da REN uns anos depois e que a CDU em Almada, não conseguiu novamente um conjunto de proposta feitas pela REN para se encontrar outras soluções e continuamos a insistir num problema da A33 quando o Senhor Vice-presidente já o disse há pouco, quem esteve na reunião na Charneca de Caparica, tecnicamente não é possível colocar os cabos dentro da A33. Não é possível. A única solução era atravessar os cabos por aquilo que era a ex 377 desde a Regateira sensivelmente até à Quinta do Modelo passando depois pela frente da Junta. Fico espantado como é que é possível durante estes anos todos onde a Charneca de Caparica foi completamente abandonada pelo Partido Comunista durante décadas, onde nós não temos ruas, não temos passeios, não temos equipamentos, abandonaram em definitivo aquela Freguesia e quando se encontrou uma solução viável, de enorme importância e de impacto relevante para a população e para a qualidade de vida da população, daqueles que lá vivem mas também para os milhares de pessoas que nos visitam no verão, em vez de estarem junto da solução, vêm criticar de forma gratuita, sem fundamentarem qualquer tipo de decisão daquilo que estão a dizer, sem fundamento, não há fundamento para aquilo que estão a dizer, alarmando as populações, o que vale é que a população já não os ouve, e deixe-me dizer aqui outra coisa Senhor Deputado Municipal, dizia há pouco que a CDU tinha um projeto melhor para a ex 377, inclusive ciclovias, explique-me onde é que punha as ciclovias na 377, só se mandasse baixo algumas casas, se tivéssemos na União Soviética provavelmente o Senhor até arrasava toda a gente. Ma aqui há pessoas que têm direitos, têm direito à habitação está consolidada. Consolidada mal efetivamente, com mais uma vez com



a responsabilidade do Partido Comunista de que deixou desde a década de 1980, a Charneca de Caparica crescer de forma desordenada, sem planeamento urbanístico e onde os loteamentos, onde os lotes eram feitos Ad Hoc e os soberanos eram as ruas. Nem espaço para passeios há. Esta foi durante 30 anos a gestão urbanística que o Partido Comunista fez na Charneca de Caparica. Era preciso encontrar uma solução, se calhar esta solução em alguns sítios não é a melhor, mas é a possível. Esta é a solução possível. A Câmara Municipal de Almada e eu fico aqui perplexo como é que os Senhores depois de uma obra daquelas, pesadíssima com quase 8 Km, que vai transformar a entrada da Freguesia, que vai dar qualidade de vida à população e a quem nos visita, os venham a uma Sessão da Assembleia Municipal, ter um discurso destes que é inaceitável do ponto de vista daquilo que é a responsabilidade política. Não é aceitável isto. Os Senhores estiveram 41 anos no poder, isto não é aceitável. Os Senhores podiam não concordar, mas não podem fazer um discurso deste aqui. Tem que ser responsáveis a este ponto.

Vamos terminar a 377 daqui a muito pouco tempo e vai ver que em setembro qual é que vai ser outra vez, e volto a dizer hoje como disse ontem, vai ver em setembro qual é que vai ser a resposta da população às suas críticas da 377.”

**6.2.2.22 – O Senhor Vice-presidente João Couvaneiro:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para não ficar nada omissivo e para esclarecer a questão de dizer que a obra não é acompanhada. Para além de ter sido contratado acompanhamento externo, a obra é acompanhada pelos serviços da Câmara Municipal nas pessoas do Eng.º Frederico Antão e da Eng.ª Inês Leal. Isto porque irresponsavelmente foi dito que a Câmara Municipal não acompanhava a obra. Portanto, para além de acompanhamento externo, contratado propositadamente para o efeito como acontece em muitas outras obras, foi isto que se verificou, este acompanhamento por parte dos serviços.

Relativamente à ciclovia que os Senhores previam, no tal projeto absolutamente extraordinário mas que pelos vistos teria que deitar casas abaixo, naquilo que diz o Senhor Presidente de Junta, estava previsto um metro de largura para uma ciclovia, não havia recortes para as paragens de autocarro e aquilo que acontecia era garantir congestionamentos constantes na Charneca de Caparica com todos os contratemplos que isto provoca para as populações e não eram resolvidos muitos dos pontos negros da circulação naquele território que agora estão resolvidos. Mas por isso, obrigado por nos ter permitido clarificar estas questões para que quem nos acompanha em casa e aqui, poder ficar mais esclarecido.”

**6.2.2.23 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desculpe Senhor Vereador João Couvaneiro, não nos trate dessa forma, aquilo estava em projeto de execução. Sabe o que é um projeto de execução? Sabe? Já viu um projeto de execução? Acha possível um projeto que chega à fase de execução e que tem casas para deitar abaixo? Acha possível isso. Aquilo estava pronto para ser lançado. Os Senhores não aceitaram. A Senhora Presidente já o disse aqui, convém rever essa questão, a Senhora Presidente já o disse aqui, que era muito caro enterrar tudo aquilo, era muito caro. É evidente. O grande problema, é que não tiveram capacidade para avaliar a questão que lhes coloquei. O que é que teria acontecido, porque razão é que a REN prefere fazer um percurso bem maior do que aquele que faria pela A33? E aquilo que o Senhor Presidente da Junta diz, não tem sentido nenhum. Ele não é técnico nesta matéria, como eu não sou. Mas não há nada que impeça que num pequeno troço, da mesma forma que se põe numa estrada municipal se enterra, se possa enterrar por baixo de uma autoestrada. Não há nada que impeça isso. É do bom senso. Agora, a grande questão aqui é que há interesses, é obvio que há interesses da concessionária, como há interesses do IP que deveriam ser mobilizados, e não houve essa vontade da Câmara Municipal. Foi mais fácil à Câmara Municipal encontrar-se com a REN e dizer, vocês fazem este trajeto, até intervém numa zona onde não passa a Rede de Muito Alta Tensão e a gente deixa-vos fazer. Era muito mais fácil, e foi isso que fizeram. E depois fazem uma simulação que têm apregoado aos sete ventos, simulação de debate público, que não é nada disso. Nem foi nada disso. Não vale a pena estarmos a falar daquilo que não sabemos. Eu vi “N” projetos de execução.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, essa historia de mandar casas abaixo não vale a pena acreditarmos em tudo o que nos dizem. Uma obra está em projeto de execução e tem que deitar casas abaixo, quem é que aceita uma coisa dessas?

### 6.2.2.24 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só pedia a palavra para confirmar que o projeto de execução que a CDU fala, foram os tais cartazes que os Senhores puseram no dia reflexão há 4 anos atrás. No sábado da reflexão os Senhores andaram lá a pôr os cartazes e era esse o seu projeto de execução, não era? Era só para termos a certeza que estávamos a falar da mesma questão.”

### 6.2.2.25 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu estava aqui tranquilo, até pelo avançado da hora, e até nem era para falar. Mas eu vi tanta confusão junta nessa intervenção, vi tanta baralhação junta, veja lá que chama uma rega asfáltica quando se mete 4, 5 e 6 cm de pavimento, é de quem não sabe, ou pior, porque eu até acho que você sabe, sinceramente acho que você sabe, não quer saber, quer enganar, não quer dar a informação certa, daqui a pouco vai dizer que aquelas rotundas e aquilo tudo é tudo um milagre, porque eu acho que você sinceramente não vive na mesma Charneca de Caparica, eu até estava aqui a comentar se não seria da Charneca do Barreiro, há para lá uma Charneca, talvez. Porque Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu ainda me lembro quando o Senhor era Vereador. Eu pergunto-lhe o seguinte: quando nós aqui nesta Assembleia Municipal, há muitos anos atrás, com outra Presidente, a minha bancada o que questionava sobre o estado da Estrada 377, eu ainda me lembro das atrocidades que ouvi dizer. Ainda me lembro. Não tinha problema nenhum, houve um dia que até chegaram a dizer que a estrada estava ótima. E eu disse à Senhora Presidente da altura para lá ir, para lá ir ver ao local. A zona entre a rotunda Amália Rodrigues e o Mário Casimiro, era uma miséria. Era isso que os Senhores queriam? Era isso que vocês queriam? Era manter, por exemplo, a rua de São João às Quintinhas ou a Benvindos às Quintinhas, sem saneamento, sem nada, as pessoas com pó todos os dias em casa, em estradas perpendiculares à 377, é que já nem estamos a falar no anterior da Charneca, estamos a falar ali. Só ali os SMAS já gastaram quase 400.000.00€ (quatrocentos mil euros) para resolver um problema que herdamos dos Senhores. É que eu sinceramente, às vezes sentado aqui, parece que os Senhores não estavam cá. Cairam aqui de repente. Eu sei que começa a haver algum desespero, eu já percebi, porque basta falar com a população, basta ir aos locais, eu ainda há uns dias estive a jantar com a Senhora Vereadora Maria Teodolinda, num sitio na 377, e estávamos os dois sozinhos na rua a olhar para a obra, e para um Senhor à nossa frente a elogiar a obra e a dizer que há anos que eu estava à espera desta obra, há anos que estava à espera desta obra. Também devia ser alguém que devia estar enganado. Antigamente é que devia estar bem. Esse projeto que o Senhor fala, é curioso que vá ver em comparação aos percursos cicláveis que você ontem aqui tanto criticou. Vá comparar. E agora nem vou me alargar porque senão estávamos aqui não sei quanto mais tempo. É engraçado porque há dois tipos de análise para situações diferentes. É que você já nem consegue ter uma linha orientadora. O Senhor para os percursos cicláveis diz uma coisa, para o vosso projeto da 377, já diz outra. É o que dá jeito. É o que dá jeito. Eu ainda me lembro de participar em comissões da tal Linha de Muita Alta tensão, em que na altura ainda era Presidente da Assembleia Municipal o Deputado Municipal José Manuel Maia, e eu lembro o que é que era discutido naquela famosa sala do piso 5 do DAU, o que é que avançou? Zero. Zero. E há aqui pessoas de outras bancadas que testemunharam. Por isso, chega deste exercício, de andar a atirar areia para os olhos das pessoas, a enganar as pessoas. Podemos ter todas as dúvidas em relação à Linha de Muito Alta Tensão isso já discutimos, já falamos, aliás, é curioso porque quando se faz os convites para as Sessões nós depois vemos quem que aparece. Parece às visitas às ETAR, no segundo dia não estava lá ninguém da CDU, mas se for preciso depois vêm criticar. Pelo menos quem quer saber vai ao local. Está a perceber? A 377, foi talvez das maiores vergonhas deste Concelho de Almada, a seguir só talvez a Avenida do Mar, que essa então eu nem consigo descrever. Como é que os Senhores durante 30 anos, a única coisa que faziam era tapar buracos. Tapar buracos. Aquilo era uma vergonha. Aliás o Seixal a certa altura era melhor que o nosso, agora aquilo também já está tudo tão mau, porque na realidade o nosso agora depois da obra pronta é que se vai ver a diferença.



Por isso haja decoro. Eu sei que estamos em período eleitoral, mas acho até, por respeito à própria história da CDU no Concelho de Almada, esse tipo de intervenções principalmente em relação à 377, não vos fica bem. Porque quem deixou chegar aquilo a este estado, foram os Senhores. Não fomos nós em três anos e meio, quase quatro. Ou fomos?

Só para terminar, há uma coisa que eu lhe digo, este executivo resolveu mais um problema que herdou numa Freguesia que foi durante anos e anos abandonada.”

**6.2.3** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, em separado das propostas, tendo-se apurado os seguintes resultados:

**6.2.3.1** – A proposta relativa à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da CMA relativos ao exercício de 2020”, assim como o “Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada, o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local e o Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind); e 16 votos contra, sendo 13 do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE, através da seguinte

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, e nº 2 do artigo 27º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro e com o nº 1 do artigo 4º da Lei 1-A/2020 de 6 de abril, com a redação atual, aprova aos Documentos de Prestação de Contas do Município, constituídos por:*

- a) Relatório e Conta de Gerência referentes ao ano de 2020*
- b) Demonstrações Financeira Individuais;*
- c) Demonstrações Orçamentais Individuais;*
- d) Relatório de Gestão*
- e) Anexos contendo os documentos a seguir referidos, relativos às seguintes entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico:*
  - 1. Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da AGENEAL – Agência Municipal e Energia de Almada;*
  - 2. Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da ARRIBATEJO – Agência de Desenvolvimento Local;*
  - 3. Relatório Anual e Contas do ano de 2020 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local,*

*nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-415-DAGF.*

**6.2.3.2** – A proposta relativa à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2020” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do PAN, 1 do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind); 3 abstenções do Grupo Municipal do BE; e 13 votos contra do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, através da seguinte

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro e com o nº 1 do artigo 4º da Lei 1-A/2020 de 6 de abril, com a redação atual, aprova o Relatório e*



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

*Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2020, nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-432-GP.*

**6.2.3.3** – A proposta relativa à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2020 e cobertura de prejuízos” foi votada ponto por ponto, tendo-se apurado os seguintes resultados:

**6.2.3.3.1** – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 19 votos a favor, sendo 13 do Grupo Municipal do PS, incluindo os Senhores Presidentes da União e Junta de Freguesias que o integram, 4 do Grupo Municipal do PSD, 1 do PAN e 1 do CDS-PP; e 17 votos contra, sendo 13 do Grupo Municipal da CDU incluindo os Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia que o integram, 3 do Grupo Municipal do BE e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind);

**6.2.3.3.2** – O ponto 2 foi aprovado por unanimidade;

**6.2.3.3.3** – Assim, a proposta foi aprovada na sua globalidade, através da seguinte

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea l), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugados com os nºs 1 e 3 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 12 de setembro e com o nº 1 do artigo 4º da Lei 1-A/2020 de 6 de abril, com a redação atual, aprova o Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativo ao exercício de 2020 e cobertura de prejuízos, nos precisos termos da deliberação camarária de 31 de maio de 2021 que aprovou a proposta nº 2021-423-GP.*

**7** - Sendo próximo das 01 horas e 15 minutos, muito embora a agenda não estivesse ainda terminada, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 22, pelas 21 horas e 15 minutos no mesmo local.

**8** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Tiago Galveia, Catarina Pé Curto e Luís Filipe Pereira.

**9** - Foi verificada a presença na reunião de cerca de 20 Senhores Múncipes.

**10** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*João Filipe Pereira*  
*Paulo Vieira*  
*Ana Paula Silva*